

ZAMBEZE

Sai às quintas

ONDE A NAÇÃO SE REENCONTRA

Director: Ângelo Munguambe | Editor: Egídio Plácido | Maputo, 30 de Janeiro de 2020 | Ano XIV | n.º 889

50,00MT

Comercial

ZAMBEZE

**Abertas assinaturas
para 2020**

TABELA DE PREÇOS

PERÍODO		
TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
2.300,00MT	2.900,00MT	4.450,00MT

MAIS INFORMAÇÕES

Cell: 82 45 76 070 | 84 26 98 181

Email: esmelifania2002@gmail.com

Governança de Nyusi no Quinquénio 20-25



Prioridade é atacar Estado Islâmico

Contrariando investimento chinês

Vírus corona desestabiliza economia mundial

Até ontem, quarta-feira, havia confirmação de pelo menos 130 mortos

Medidas apertadas para evitar coronavírus



cujos casos de coronavírus continuam suspeitos ou confirmados.

Quais são os sinais dessa epidemia?

Segundo Alice de Abreu, tendo em conta que os períodos de incubação da doença varia de dois a catorze (14) dias, as pessoas apresentam-se com o sintoma de um resfriado ou constipação, secreção nasal, tosse, dores de garganta, febre e nos casos graves ele pode apresentar pneumonia. Por que é uma doença transmissível, para estes sintomas, a fonte recomenda que se evite o aperto de mão, suspiro sem tapar a boca e tocar objectos contaminados.

“Fazemos essa monitoria através dos nossos técnicos as pessoas que vem da china”, disse a fonte, sublinhando que a alteração corporal da temperatura das pessoas pode ser também uma das razões. Alice de Abreu diz ainda que já há um termómetro específico usado no Aeroporto de Mavalane para o pequeno rastreio.

Recomendação!

Lavar as mãos regularmente, evitar tossir ou expirar na cara de alguém sem que faça a cobertura bucal são algumas recomendações que a vereadora adiciona para evitar o alastramento dessa epidemia. A fonte disse ainda que é preciso evitar que as pessoas com resfriado possam se fazer a rua, enquanto não estiverem em tratamento.

Dentro da cidade de Maputo, já foi identificado no Hospital Geral de Mavalane um espaço que acomoda o centro de tratamento de doenças infecciosas. Este espaço, segundo a directora de saúde da cidade, Sheila Lobo, ainda não foi activado, dado que não há casos que justifiquem o efeito.

“Temos este centro só que dos nossos rastreios ainda não há um caso de uma epidemiologia que pode justificar a abertura do centro para o isolamento dos pacientes com doenças infecciosas”, disse a fonte referindo que não se podia visitar o centro devido a não organização do mesmo.

ELTON DA GRAÇA

É certo que o coronavírus ainda não chegou a África, mas muitos países estão a tomar medidas para evitar a contaminação. Em Moçambique, uma das medidas tomadas foi a suspensão de emissão de visto entre Moçambique e China para evitar a exposição.

O coronavírus que teve como epicentro o mercado de Wuhan, cidade onde vivem 11 milhões de habitantes. O primeiro caso conhecido ocorreu no dia 31 de Dezembro do ano passado e, até a manhã de ontem, havia confirmação de pelo menos 130 mortos e 16 países afectados, entre asiáticos e americanos.

Esta terça-feira, a porta-voz do Conselho de Ministros, Helena Kida, disse que Moçambique tomou medidas restritivas migratórias para “ir e/ou vir da China” para evitar a propagação do vírus, tanto em Moçambique, como outros países que tem ligações directas com a China.

“A limitação de saída ou entrada de pessoas que venham da China é uma das formas en-

contradas para reforçar a prevenção. Sabemos que a China também está a limitar a emissão de vistos”, disse Helena Kida, que, para além de ser porta-voz do Conselho de Ministros, é Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

Relativamente aos moçambicanos que residem em Wuhan, principalmente estudantes, Helena Kida acrescentou que não há nenhuma informação sobre a sua contaminação, numa altura em que muitos países estão a retirar os seus concidadãos da cidade.

Suspeitos não passaram de falso alarme

Entretanto, segundo as autoridades da saúde, em Moçambique ainda não há casos confirmados da doença, embora tenham havido 18 casos suspeitos, mas que depois de

exames feitos, no Aeroporto Internacional de Mavalane, deram negativo. Segundo a vereadora de saúde da cidade de Maputo, Alice de Abreu, foram rastreados no período de 24 a

em vários pontos de entrada do nosso país, nomeadamente as fronteiras terrestres, marítimas, ferroviárias e aéreas”, disse Alice de Abreu, explicando que as autoridades da saúde



Alice de Abreu, vereadora de saúde da cidade de Maputo

26 de Janeiro um total de 2950 passageiros provenientes da República Popular da China.

“A primeira medida tomada foi a capacitação dos técnicos e agentes de medicina preventiva

ao nível da cidade estão a fazer cumprir o regulamento de saúde internacional que estabelece o rastreio de passageiros que possam ter entrado ou estado em trânsito por alguns países

Governança de Nyusi

Prioritário combater Estado Islâmico



Prioridade. Palavra de ordem. A realidade nua e crua assim o exige. Basta de mortes em Cabo-Delgado. O Comandante em Chefe das FDS, Filipe Nyusi, encoraja os militares a enfrentar o inimigo com dureza por forma a equilibrar o teatro das operações. Para tal, teve um encontro com os seus homens posicionados em Cabo Delgado que terminou com uma almoçarada ao estilo militar.

No contacto, o PR elucidou que a agenda de desenvolvimento nacional esta refém do fim das hostilidades militares naquela zona nortenha do país. Os relatos falam de luto e que o dia-a-dia é feito de insegurança total. Camponeses, idosos e crianças não sonham com o futuro melhor, porque o sibilar das balas troa impedindo escola, machamba e, sobretudo, olhar com galhardia para o dia de amanhã. As forças de defesa e segurança fazem de tudo para garantir que estes factores sejam alcançados. Porém, o seu adversário não deixa tréguas fazendo

com que a dor e os sentimentos de impotência falem mais alto. O governo de Filipe Nyusi tem todos argumentos para andar. Mas a guerra, a maldita guerra, cria barreiras fazendo com que a agenda governativa se cruze com o barulho das armas. Assim sendo, a prioridade passa a ser o domínio total sobre quem cria pânico em Cabo-Delgado. Esta prioridade tem como alicerce a solidificação da paz, elemento basilar para que todo o resto na perspectiva governamental seja alcançado. Prioridade neste momento significa arranjar elementos capazes de fazer calar as armas no norte do país.

Novo ataque

Um grupo armado atacou, na quinta-feira, o posto administrativo de Mbau, em Mocimboa da Praia, Norte de Moçambique, provocando vários mortos, disseram residentes à Lusa, numa acção entretanto reivindicada pelo grupo ‘jihadista’ Estado Islâmico. Segundo os relatos de quem vive na zona, o ataque irrompeu pela manhã contra uma posição militar, vitimando membros das forças de defesa e segurança moçambicanas e população que circulava nas imediações, num total de 15 pessoas. Já no dia seguinte, um outro ataque foi registado em Chinta, Muidumbe, mais para o interior da província, sem que se conheçam baixas. Entretanto, o EI reivindicou na Internet a autoria do ataque a Mbau, onde diz que morreram 22 milita-

res e outros ficaram feridos. “Os confrontos envolveram vários tipos de armamento”, anunciou o grupo, que diz ter tomado duas viaturas carregadas com armas automáticas e munições. A zona de Mbau já foi palco de outros confrontos entre os grupos armados que atacam Cabo Delgado e militares, desde Setembro, mês em que várias habitações foram destruídas, forçando muitos residentes a fugir para outros locais. Ataques armados na província de Cabo Delgado eclodiram em 2017 protagonizados por residentes, frequentadores de mesquitas consideradas “radicalizadas” por estrangeiros, segundo líderes islâmicos locais com os quais iam crescendo atritos. Nunca houve uma reivindicação da autoria dos ataques, com excepção para

comunicados do grupo ‘jihadista’ Estado Islâmico, que desde Junho tem vindo a chamar a si alguns deles, com alegadas fotos das acções, mas cuja presença no terreno especialistas e autoridades consideram pouco credível. Os ataques já provocaram pelo menos 350 mortos, além de deixar cerca de 60.000 afetados ou obrigados a abandonar as suas terras e locais de residência, de acordo com a mais recente revisão do plano global de ajuda humanitária das Nações Unidas. A província de Cabo Delgado é aquela onde avançam as obras dos mega-projetos que daqui a quatro anos vão colocar Moçambique no ‘top 10’ dos produtores mundiais de gás natural e que onde há algumas empresas e trabalhadores portugueses entre as dezenas de empreiteiros contratados pelos consórcios de petrolíferas.

Três anos depois da denúncia do nosso jornal a situação prevalece

Sindicato de crime instalado na Área Fiscal do 2º Bairro

- *Aquilo funciona como escritório dos bandidos, esta é uma das verificações e constatações que nós verificamos* - Director-Adjunto Geral de Impostos, Domingos Minconto



Angariador de “clientes” (de camiseta laranja) negociando emissão do NUIT

FARCELINA VUBIL E LUÍS CUMBE

Em Dezembro de 2016, o nosso semanário publicou uma reportagem que relatava o esquema de corrupção, institucionalizado na Direcção da Área Fiscal do 2º Bairro da cidade de Maputo para obtenção do Número Único de Identificação Tributária (NUIT), envolvendo funcionários, segurança e pessoas estranhas ali montadas. Volvidos mais de três anos, a situação prevalece. Os cidadãos são cobrados valores que variam de 100 a 250 meticais para obtenção do NUIT que, segundo as normas moçambicanas, é gratuito.

A nossa reportagem esteve durante semanas a monitorar o processo de emissão do NUIT na Área Fiscal do 2º Bairro. À entrada, há senhores, bem apumados como se de funcionários se tratasse, que questionam a cada cidadão o que pretende e logo de seguida oferecem ajuda para obtenção urgente do NUIT.

O processo é rápido. Quem tem dinheiro em menos de duas horas tem o seu NUIT na mão e volta para os seus afazeres. Quem não tem “trocados” no bolso

deve esperar entre duas semanas a um mês, se tiver sorte, para ter o NUIT. Para outros, a espera nunca termina, simplesmente nunca lhes é emitido o NUIT. É a lei da selva a imperar, afinal o cabrito come onde está amarrado.

“NUIT? Urgente, vais pagar 250 meticais e terás em 40 minutos. É só me entregar o seu BI e aguardar aqui mesmo. Se quiseres normal terás de tirar a cópia do seu BI e ir deixar lá dentro com duração de 30 dias” disse um dos “agentes facilitadores de NUIT” ao repórter do Zambeze, disfarçado como quem quer obter o documento.

“Estás a ver aqueles dois senhores? Já emitiram o NUIT, estão aqui os seus BI’s, assim estão a aguardar”, acrescentou o facilitador, mostrando dois senhores que estavam à pelo menos 15 metros de distância.

Alguns cidadãos que falaram à nossa reportagem, que por temerem represálias preferiram o anonimato, contaram algumas situações.

“Fiz pedido de NUIT e disseram-me que tinha de levantar

em duas semanas, finda as duas semanas dirigi-me ao balcão mas não se tinha produzido. Mandaram-me voltar na semana seguinte, voltei na terceira semana e não consegui. Porque concorria para uma vaga de emprego optei em falar com um agente da AT que em troca de 100 meticais deu-me o NUIT em três dias”, disse o nosso entrevistado, visivelmente agastado.

“Fui ao balcão e disseram-me que tinha de voltar uma

semana depois, fui depois de semanas e disseram-me que não estava disponível, na terceira semana disseram-me que havia problemas de sistema. Voltei na semana seguinte, disseram-me que tinha que ir levantar na AT do meu bairro, no dia seguinte fui a AT do meu bairro, mas não consegui levantar, a agente disse-me que não se tinha feito nenhuma actualização, pois a validação tinha de ser naquele balcão e disse que uma vez que não paguei no outro balcão, eu só devia tirar a cópia do BI e deixar com eles para fazer a actualização e validar, perguntei quanto tempo iria aguardar, ela simplesmente disse-me que não sabia. Fiquei frustrada ao ponto de fazer pedido de NUIT urgente num outro balcão e foram apenas 10 minutos de espera e paguei 200 meticais”, conta a nossa entrevista.

Refere-se que o NUIT é atribuído a todas as pessoas singulares ou colectivas, ou seja, aos cidadãos, trabalhadores por conta de outrem, empresários em nome individual, sociedades comerciais, cooperativas, empresas públicas, organizações, entre outros. Com a aprovação da Lei n.º 15/2002, de 26 de Junho, que estabelece os princípios de organização do sistema tributário. No seu artigo 16, o NUIT passou a ser do uso obrigatório em todos os tributos, incluindo aduaneiros, o que de certo modo abriu uma brecha para os funcionários desonestos e na ganância pelo dinheiro se aproveitam deste facto para roubar ao cidadão pacato.

Denúncia anterior confirmada pelos seguros

De acordo com declarações prestadas à nossa reportagem em Dezembro de 2016 pelo segurança da empresa privada V-SEGUR, o esquema de cobrança para efeitos de obtenção do NUIT funciona à base da instrução dos próprios funcionários daquela instituição responsáveis pela emissão do documento, sendo que os seguros apenas eram encarregues de



Primeiros casos em África são “questão de tempo”

Com cada vez mais casos confirmados do novo coronavírus – cerca de 6 mil, segundo as autoridades chinesas o medo da contaminação está a aumentar em todo o mundo. O mais recente balanço dá conta de 132 mortos, todos na China. Há registos, porém, de infecções em vários países, incluindo uma dezena na Ásia. Nos Estados Unidos, na Austrália e em França também foram verificados casos. Na Alemanha, o número subiu para quatro.

N o continente africano, ainda não há infecções confirmadas, mas aumentam as medidas de controlo e prevenção, sobretudo nos aeroportos. Moçambique suspendeu a emissão de vistos para a China devido ao alastrar do coronavírus. Na Costa do Marfim, Etiópia e Quênia, as autoridades relataram casos suspeitos nos últimos dias. O director do Centro Africano para o Controlo e Prevenção de Doenças, John Nkegasonso, considera que pode ser apenas uma questão



de tempo até se confirmarem as primeiras infecções. “É bem possível que haja casos no continente que não tenham sido reconhecidos. Temos de admitir que não podemos ter tanta sorte que até agora não haja casos em África, quando já há em todo o mundo”, acredita Nkegasonso. Todos os recursos disponíveis Em conferência de imprensa, em Addis Abeba, o director do Centro Africano para o Controlo e Prevenção de Doenças anunciou que foi accionado o Centro de Operações de Emergência, uma estrutura de gestão da epidemia no continente africano. Nkegasonso anunciou que o centro intensificará a vi-

gilância nos aeroportos, o apoio aos laboratórios e o tratamento de pacientes no continente. “Incluimos vários Estados-membros da União Africana através dos seus institutos de saúde pública - o equivalente aos centros de controlo e prevenção de doenças - para criar uma rede de coordenação de esforços”, explica o director. A experiência com a epidemia do ébola - que entre 2014 e 2016 matou mais de 10 mil pessoas na África Ocidental - está a revelar-se útil a alguns países, como a Costa do Marfim. O director do Instituto de Higiene Pública de Abidjan, Joseph BeniéBiVroh, acredita que o país está preparado para enfrentar o

coronavírus. “Activámos o mesmo sistema de alerta precoce. Temos câmaras térmicas, que controlam todos os passageiros no aeroporto. É assim que vemos se têm febre.” OMS não declarou emergência A Organização Mundial de Saúde (OMS) ainda não declarou uma emergência internacional, mas vários governos começaram a retirar os seus cidadãos da região de crise em torno da cidade de Wuhan, o epicentro da epidemia. Nesta quarta-feira e sexta-feira, a União Europeia vai enviar dois aviões para repatriar 250 franceses e outros 100 cidadãos europeus que solicitem sair de Wuhuan. A cidade chinesa está em quarentena e isolada do mundo desde a passada quinta-feira. A situação é particularmente grave para quase 5 mil africanos que estudam na cidade e que não têm grandes esperanças de regressar a casa em breve. Queixam-se de falta de apoio das embaixadas e dizem sentir-se numa prisão. A estudante guineense Jéssica Mendes Silva pede ajuda para deixar Wuhuan, mesmo que

seja para deslocar-se a outra cidade da China. “Só queremos sair daqui. Nem dá para receber comida. Não há comida, para comprar é difícil. Há uma semana, o meu país não consegue mandar dinheiro porque os bancos estão fechados. Estamos aflitos”, explica. Em resposta a queixas semelhantes de estudantes angolanos na China, a Embaixada de Angola no país emitiu um comunicado informando que está em contacto permanente com os cerca de 50 estudantes residentes em Wuhan. Devido à quarentena decretada, no entanto, afirma que não existe “nenhuma forma para a canalização de ajudas particulares àquela região da China e nenhuma das embaixadas conseguiu fazê-lo”. Cerca de 13 estudantes cabo-verdianos na cidade poderão ter oportunidade de regressar em breve ao seu país, segundo o director do Serviço de Vigilância e Resposta às Epidemias de Cabo Verde. Domingos Teixeira disse que o país pretende contar com apoio de Portugal para retirar os seus cidadãos de Wuhan e já está a ser desenvolvido um plano para o efeito.

👉 saber do cidadão se deseja ou não o registo do NUIT com urgência, mediante o pagamento de um preço que varia de 150 a 300 meticais. “Todos que vêm aqui já sabem muito bem do sistema

que funciona na atribuição do NUIT no mesmo dia. Nós aqui fora apenas pedimos a cópia e o dinheiro para o respectivo processo e encaminhamos o expediente aos funcionários, que logo tratam de registar o NUIT”,

revelou o segurança ao Zambeze. **Anti-corrupção simula trabalho no terreno** Depois da denúncia do nosso semanário, a Direcção da

Irregularidade de Pessoal e Anti-corrupção da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), supostamente foi ao terreno para averiguar a veracidade dos factos. Aliás, esta direcção contactou o nosso jornal para

ter mais subsídios sobre o que de facto estava a acontecer no 2º Bairro Fiscal. No entanto, volvidos três anos, a situação prevalece e nenhum relatório sobre o sucedido a nossa reportagem teve acesso.

Director-adjunto geral de impostos reconhece esquemas mas nega envolvimento de funcionários

A nossa reportagem conversou com o Director-Adjunto Geral de Impostos, Domingos Minconto, que durante suas declarações reconheceu existência de esquemas pela forma como fez a descrição, contudo, Minconto nega envolvimento de funcioná-



rios em cobranças ilícitas. Aliás, Minconto chegou mesmo a apelidar os facilitadores destas cobranças de “bandidos” e de “angariadores” de receitas. De acordo com Minconto, associado ao facto de a Área Fiscal do 2º Bairro ser concorrido, comparando com outros pontos da cidade, propicia ambiente para os “bandidos” afixarem-se e interceptam os cidadãos. Os meses de Dezembro e Janeiro, são tidos como sendo de pico, quando a instituição é procurada pelos cidadãos para obtenção do documento exigido na inscrição em diferentes instituições de ensino superior ou para concorrer a vagas de emprego. Minconto reconhece o envolvimento de funcionários na emissão do NUIT, mediante pagamento de valores monetários. E descreve como funcionam os esquemas. “Eles são angariadores, simplesmente bandidos, e por isso recebem. Pegam no expediente e entram no 2º Bairro, mas não só, detectamos que podem ligar para diferentes pontos de atribuição de NUIT e obterem o NUIT que depois eles devolvem no Jardim dos Madjermanes”, confidenciou Domingos Minconto. Ainda falou da possibilidade destes esquemas existirem também noutros pontos. “Eles podem obter no 2º Bairro, como também podem obter não somente no 2º Bairro, no 1º por aí, e voltam a

devolver o NUIT ali”, detalhou Minconto, para depois acrescentar “aquilo funciona como escritório dos bandidos, esta é uma das verificações e constatações que nós verificamos”, anotou Minconto. Questionado sobre medidas a aplicar contra funcionários envolvidos nestes esquemas de corrupção, Minconto, embora negue de pés juntos um contacto directo de funcionários, diz que as medidas têm sido severas contra todo o funcionário que paute pela corrupção. Num outro desenvolvimento, Minconto, uma vez questionado com alguma consistência a razão de até esta parte prevalecer a situação, diz que é preciso que o ZAMBEZE prove o envolvimento de funcionários nestes esquemas de cobranças ilícitas. Por outro lado, pensa a nossa fonte que o combate contra cobrança ilícita para emissão do NUIT deve partir da consciencialização do cidadão de que o NUIT não se paga, e saber sujeitar-se a filas, sem dar espaço a indivíduos que se dizem facilitadores. A emissão do NUIT, de acordo com Domingos Minconto, é feito em menos de 15 minutos em condições normais e, quando muito, não excede 5 dias para a sua aquisição, contrariando por completo o cenário vivido na Área Fiscal do 2º Bairro, que pode durar até 30 dias.



ALMADINA — Sheikh Aminuddin Mohamad

Sobre o direito ao tratamento médico

Uma das premissas do Islã é tirar o crente da ignorância, orientando-o em todos os aspectos da vida. Estabeleceu princípios e regras, tanto para as coisas pequenas como para as grandes, não deixando o corpo por conta da alma e espírito, ou vice-versa.

E não vedou o acesso às pessoas às coisas do Mundo por causa da Vida do Além, mas tomou em conta os aspectos mais finos desta vida.

O tema “Shariah” gira à volta da protecção de cinco coisas importantes: religião, físico; tino, progénie, e riqueza.

O direito ao tratamento médico está claramente incorporado na protecção do físico, e também na protecção da mente, se se tratar de doença mental.

Esta é a razão pela qual os teólogos vincam a importância do tratamento médico.

As doenças variam, pois umas são mais graves que outras, impedindo o doente de cumprir correctamente com as suas obrigações rituais. Outras manifestam-se na forma de loucura. Outras ainda impedem por completo o doente de cumprir os actos rituais.

Por isso, a busca de tratamento é obrigatória, pois há doenças mortíferas que se espalham, transformando-se em epidemias, pelo que as pessoas não se devem expor a elas, devendo sim abster-se de se dirigir a locais afectadas por flagelos maléficos.

O Profeta Muhammad (S.A.W.) diz: “Procurai o tratamento, pois Deus não criou nenhuma doença sem que criasse a respectiva cura, excepto uma doença que é a morte (essa não tem cura)”. (Abu Daud, At-Tirmizi)

E se este aforismo do Profeta (S.A.W.) de um lado estimula os médicos e os cientistas

a descobrirem os remédios para a cura de doenças, por outro lado inspira nos doentes o ânimo, a força e a esperança, afastando o sentimento de fraqueza e desânimo, bloqueando o desespero.

E Deus diz no Qur’ân, Cap. 4, Vers. 29:

“E não vos mateis a vós próprios. Certamente Deus é misericordioso convosco”.

A matança tanto pode ser com a acção, como pode ser com a inacção ao não procurar tratamento.

Por isso o Isslam combate os que tentam espalhar doenças entre as pessoas, o que podemos enquadrar no Vers. 32, Cap. 5 do Qur’ân:

“Por isso prescrevemos aos filhos de Israel, que quem matar alguém, excepto se for por retaliação (ao assassinato) ou por promover desordem na Terra, será como se tivesse morto toda a Humanidade; E quem o salvar (isto é, abster-se de matar) será como se tivesse salvo a vida de toda a Humanidade”.

E a procura de tratamento também está enquadrada no versículo atrás citado:

“E quem o salvar será como se tivesse salvo a vida de toda a Humanidade”.

Isto não abrange apenas o médico ou o cientista que tenha descoberto a cura para alguma doença, mas também os seus conselheiros e financiadores.

Nas medidas de prevenção para garantir o bem-estar físico dos Humanos e as suas necessidades de tratamento, o Isslam ordena a protecção do Meio Ambiente, proibindo tudo o que concorra para causar danos ambientais. No Isslam, o mais desprezível dos adversários é aquele que conspurca, ou de alguma forma atenta contra o Meio Ambiente.

Consta no Cap. 2, Vers. 205 do Qur’ân:

“E entre as pessoas há aque-

la que, quando se afasta esforça-se na Terra por promover a desordem e destruir a lavoura”.

O Isslam ordena a purificação do local de oração, pois isso faz parte do fenómeno da protecção do Meio Ambiente.

Na questão do tratamento médico o Shariah permite ao doente, por exemplo, adiar a observância do jejum obrigatório. E caso a doença seja muito grave chega ao ponto de isentar a pessoa de jejuar ou observar a Peregrinação à Makkah. E também permite algumas coisas que em circunstâncias normais são proibidas.

Faz também parte do tratamento a visita aos doentes, independentemente da religião que os enfermos professem, encorajando-os a suportar pacientemente a doença que os aflige, e transmitindo-lhes mensagens de esperança.

E o Qur’ân diz no Cap. 4, Vers. 36;

“E adorai a Deus, e nada associeis a Ele; E sede bondosos com os pais e com os parentes, os órfãos, os necessitados, o vizinho próximo (isto é, familiar) e o vizinho estranho, o companheiro de viagem, o viajante e o que vossas mãos direitas possuem; Certamente Deus não gosta de quem é arrogante, vaidoso”.

Caso o doente padeça de uma enfermidade contagiosa, medidas de precaução adicionais devem ser observadas para evitar o alastramento da doença.

Nos dias que correm, através dos modernos meios de comunicação de que dispomos, pode-se procurar saber da saúde de algum doente sem necessariamente ter que se deslocar ao local onde ele se encontra. O Isslam recomenda que se leve algo para ofertar ao doente, mesmo que seja apenas uma flor, pois tal gesto estimula-o psicologicamente, criando nele algum alívio e elevação

moral. Caso o doente seja um necessitado pode-se-lhe levar algo relacionado ao Zakaat, sem necessariamente ter que se lhe informar que se trata de Zakaat.

É desejável que se tomem todas as medidas preventivas para estancar o alastramento de doenças contagiosas, pois o Profeta Muhammad (S.A.W.) disse: “Fuja do leproso assim como foges do leão”. (Ahmad)

E disse: “Se ouvirdes dizer que numa certa zona há uma epidemia, abstende-vos de lá entrar. E se estiverdes lá, então abstende-vos de sair, fugindo do flagelo”. (Al-Bukhari)

E Deus diz no Cap. 2, Vers. 195 do Qur’ân:

“E não vos lanceis à destruição”.

Portanto, tudo o que possa contribuir para o alastramento de qualquer vírus ou epidemia é proibido. E faz igualmente parte da proibição o consumo de alimentos susceptíveis de provocar danos à saúde. Sobre isto o Qur’ân diz no Cap. 6, Vers. 145:

“Diz (ó Muhammad): Não encontro no que me foi revelado, uma proibição para quem quer se alimentar, a não ser a carniça, o sangue corrente ou a carne de porco”.

É por essa razão que o Qur’ân proíbe o consumo de álcool, e tudo o que seja tóxico, por tal afectar a saúde e a vida em geral.

Depois da comida e da bebida, a saúde e o tratamento médico são de entre as coisas mais importantes na vida das pessoas.

Infelizmente, hoje em dia a maior parte dos governos do chamado III Mundo não dá a devida prioridade à saúde e à assistência médica, pois muito pouco investem nisso, daí que nesses países, os doentes com alguma capacidade financeira procurem assistência médica em países cujos serviços médicos sejam mais capacitados. Os pobres, por falta de recursos

financeiros têm que se conformar com a mediocridade dos serviços de saúde disponíveis em seus países. Por falta de recursos e por os serviços de saúde serem fracos nos seus países, enfrentam em simultâneo duas doenças, pelo que para tal acabam recorrendo àquilo a que muitos ignorantes recorrem, que é ir aos bruxos, adivinhos e charlatães. E é assim que vemos nas sociedades pobres, charlatanices promovidas através de anúncios espalhados pelas urbes. Nesses anúncios, não só reivindicam a cura de todas as doenças, como se propõem alargar o membro sexual masculino de quem o deseje. E infelizmente há quem os leva a sério, vai daí que os procurem, pagando avultadas somas de dinheiro retirado dos seus magros salários. Se esses intrujões se acham capacitados a dilatar o membro masculino, por que razão não procuram antes ampliar o cérebro das pessoas para que melhor possam discernir? Nenhum membro sexual masculino carece de alargamento, pois no seu tamanho natural já está a provocar inúmeros problemas. Supondo que possa ser alargado, as suas consequências serão o alargar de muitos problemas decorrentes do sexo libertino que grassa nas sociedades actuais, e para os quais muitos governos não mostram vontade genuína de os resolver.

Estes charlatães podem reivindicar capacidade de curar muitas doenças, de resgatar o amor perdido de “curar a falta de sorte”, de prever o futuro e descortinar o oculto, etc., mas tudo isso não passa de embuste, pois o Único Conhecedor do oculto é Deus, Aquele que nos dá cura. Mesmo o médico formado na mais conceituada universidade de nível mundial, é apenas um instrumento nas mãos da Providência, pois a ele cabe apenas nos tratar. Quem concede a cura é Deus.



SOBRE O AMBIENTE RODOVIÁRIO

Cassamo Lalá*

Saber ler e escrever, condição para se tirar uma carta de condução

Este assunto, que decidimos desta vez abordar, sempre constituiu grande polémica, pois há os que entendem que as exigências em conhecimentos, em cultura e legislação para se poder tirar uma carta de condução, já não se compadece com a condição mínima de apenas saber ler e escrever. Porém, há os que entendem que exigir habilitações escolares correspondentes a uma sétima ou nona classe, iria promover a exclusão de muitos cidadãos no acesso a uma licença de condução. É esta divergência de opiniões que criou um dilema que dura ou perdura ao longo de anos.

Já houve tempos, num passado longínquo, em que para se tirar uma carta de condução exigia-se a quarta classe. Contudo, um cidadão com a quarta classe do antigamente, possuía muitos mais conhecimentos do que a maioria dos cidadãos que actualmente tem a nona classe. Por outro lado, o ensino teórico da condução era baseado em poucas disciplinas, mas o seu suporte principal incidia num conhecimento profundo das regras do Código da Estrada e da sinalização rodoviária. Na parte prática, a destreza nos comandos do veículo e a perícia nas manobras era de um nível tão exigente que, em dez candidatos a exame prático, apenas ficavam aprovados três ou quatro. A educação moral e cívica das pessoas estava num patamar muito alto quando comparada com a actual. Era adquirida no seio familiar pelo exemplo demonstrado pelos pais, pelos tios e avós, coadjuvada com a que era proporcionada nas escolas pelos professores, cuja profissão era muito valorizada e respeitada. A disciplina de educação e moral fazia parte do ensino escolar.

A determinada altura, alegadamente para promover maior inclusão dos cidadãos,

tomou-se a decisão de exigir que o candidato a tirar uma carta de condução apenas soubesse ler e escrever, dando assim maior oportunidade a todos de poderem tentar adquirir uma licença de condução. Acreditava-se que, desta forma, se o nível de leitura e escrita do candidato fosse tão fraco, seria o próprio processo de avaliação que se encarregaria de seleccionar os minimamente aptos, excluindo os não devidamente habilitados. Assim, evitava-se que as pessoas se sentissem previamente excluídas pela exigência que impunha uma determinada habilitação escolar. Por outro lado, havia o incentivo de as pessoas se preocuparem em matricular-se numa escola para aprenderem a ler e escrever melhor, forma de conseguir tirar uma licença de condução. Acontece que, nos tempos que correm, e para nos equipararmos aos níveis de conhecimentos e exigências feitas a nível internacional, no processo de atribuição de uma licença de condução, os conteúdos programáticos diversificaram-se bastante. O entendimento ou a compreensão de algumas das matérias a leccionar, já exige uma escolarização que vai muito para além de apenas saber ler e escrever. Basta lembrar que, recentemente, Moçambique aderiu a um acordo Tripartido em que faz parte a SADC, COMESA e EAC para uniformizar as exigências e a legislação para atribuição de cartas de condução, entre outras normas de âmbito rodoviário usadas a nível internacional.

Muitos dos alunos, pelo facto de só saberem ler e escrever, manifestam grandes dificuldades em assimilar as matérias leccionadas devido ao baixo nível de escolarização. Acabam por decorar as respostas que devem dar quando têm de responder a uma pergunta que lhes é apresentada nos testes, para, desta maneira, conseguirem uma aprovação no exame

teórico. No entanto, o sentido da mensagem, o conteúdo educativo ou científico dessa matéria, cujas perguntas e respostas o aluno pouco letrado teve de decorar, não foi entendido.

Actualmente, as disciplinas que um candidato a condutor deve dominar são as seguintes: O Código da Estrada que antigamente tinha apenas 70 artigos mas actualmente tem 186; Neste Código da Estrada, é necessário ter domínio do Direito Rodoviário que inclui conhecimentos sobre as diferentes responsabilidades a que um condutor fica sujeito (criminal, civil, contravencional e contra ordenação), a legislação do álcool e suas penalizações, as regras sobre o trânsito dos diferentes utentes das vias públicas, a legislação sobre a habilitação de conduzir, os procedimentos da fiscalização e multas, a competência e instrução dos processos das contravenções e sanções, o Regulamento de Código da Estrada, e a sinalização rodoviária que antigamente era composta por 68 sinais e agora existem mais de 800. Também, faz parte dos conteúdos programáticos a matéria de primeiros socorros, segurança rodoviária, e algumas noções de mecânica automóvel.

Por tudo quanto tentamos expor sobre este tema, dá para entender que, saber apenas ler e escrever torna tão difícil a missão de um formador no processo de transmissão de conhecimentos. Por outro lado, corre-se o risco de se poder atribuir uma licença de condução a quem apenas tem o domínio de saber movimentar o veículo, sem ter bases de conhecimentos gerais que a legislação impõe para se cumprirem regras e conduzir em segurança. Como se não bastasse, está a estudar-se, por parte do Governo, uma forma de atribuir carta de condução a quem não sabe ler nem escrever. Aponta-se como exemplo de exclusão, os mineiros moçambicanos que

na África do Sul compram automóveis e os trazem para Moçambique, mas não possuem carta de condução. O que muita gente não consegue entender, é a razão pela qual o mineiro moçambicano compra um carro na África do Sul quando sabe que não está habilitado para o conduzir ou, porque razão não tira a carta de condução no país onde comprou o carro? Talvez seja pelo facto de ter sido informado de que, em Moçambique, compram-se cartas de condução ou pode-se conseguir subornar a polícia quando se é surpreendido a conduzir sem uma licença de condução.

Também, vai-se introduzir, com apoio de Ministério da Educação, uma formação em algumas línguas nativas nacionais no ensino da condução, estando até muito avançado ou já concluído o processo de tradução da legislação rodoviária e respectiva sinalização. Todas estas iniciativas no âmbito da facilitação da obtenção de uma carta de condução, segundo se alega, vem de encontro ao objectivo de proporcionar mais oportunidades de inclusão dos cidadãos e conseguir assim ajudar a criar três milhões de empregos para os moçambicanos, meta estabelecida pelo Presidente da República. Sabe-se que das 18 línguas nativas serão escolhidas 3 ou 4 cujo Código da Estrada terá tradução. A pergunta que se pode colocar é se não haverá exclusão para os cidadãos das restantes línguas maternas que não terão sido escolhidas para ter uma legislação rodoviária traduzida? Quando um cidadão que só sabe falar uma língua nativa do norte do País for interpelado por um polícia de trânsito da província de Gaza, como se vão entender?

As intenções de conceder licenças de condução a quem não sabe ler e escrever ou a quem só sabe ler e escrever em línguas nativas nacionais, em princípio, são boas e corres-

pondem a um enorme desafio, que até já tem a colaboração da Universidade Pedagógica de Moçambique. Porém, não pode ser à custa de mais sangue nas nossas estradas que se deve atribuir uma carta de condução, alegadamente porque se pretende uma maior inclusão de cidadãos, quer sejam eles iletrados, quer sejam eles os que apenas sabem ler e escrever em algumas das 18 línguas nativas que vão ser escolhidas.

Há os que entendem que, quem sabe ler e escrever, por exemplo, em xangana, ronga ou macua, também sabe ler e escrever e fazer contas em português. Há também os que entendem que a exigência de pelo menos saber ler e escrever em português devia prevalecer para obrigar ou incentivar as pessoas a aprender a língua nacional escolhida para Moçambique. Não sabemos como estes objectivos tão ambiciosos e perigosos em certas circunstâncias, de facilitar a aquisição de uma licença de condução, vão ser alcançados, mas segundo nos afiançaram, trata-se de um processo irreversível. A nossa recomendação é a de que, antes de se avançar para a introdução das inovações referidas neste escrito, haja o cuidado de colocar a segurança rodoviária em primeiro lugar, porque a vida humana é o nosso maior bem. Pretender inovar com o risco de poder trazer mais desgraças no nosso ambiente rodoviário, já tão maltratado, poderá ser contraproducente e fatal. Cá estaremos para testemunhar como se vão conseguir implementar estas grandes proezas que até já estão num estado avançado de preparação, das quais estamos prontos para ajudar na medida do que for possível colaborar, sem deixarmos de manifestar as nossas grandes apreensões.

*DIRECTOR DA ESCOLA DE CONDUÇÃO INTERNACIONAL



MAPUTADAS

Francisco Rodolfo

NYUSI: A velocidade de cruzeiro no segundo ciclo de governação...

- **Novos Ministros: Não mudem tudo, desde Secretários Permanentes, Directores Gerais e Nacionais e seus Adjuntos, etc..**

Depois de termos estado a assistir na tenda gigante a Investidura de Filipe Jacinto NYUSI, ao cargo de Presidente da República de Moçambique, naquela Praça da Independência, no dia 15.1.2020, fomos dia seguinte (quinta), com o Pedro à nossa cavaqueira habitual.

No Café e Restaurante Nautilus, pedi o galão de praxe com bolo de queque com nozes e com muitas saudades, o Pedro dispara:

- “Seu fim do ano, como foi?”

- Fomos a Bilene, com a família, essa praia famosa que é orgulho do Quefanyas Matsombe, do Humula, esse complexo cuja fama ultrapassou fronteiras. – digo ao Pedro que preferiu a sua torrada habitual e café de praxe.

- “Com que então o Presidente NYUSI quer fazer uma “varredura” de 60% dos anteriores membros do seu Executivo?”

- Já esperava. Durante as suas visitas a todo o lado o Presidente da República, Filipe Jacinto NYUSI, que recebeu o *martelo* das mãos

da Dr.^a Lúcia Ribeiro, Presidente do Conselho Constitucional, para uma nova *martelada* nos próximos 5 anos...

- “Vai ser duro a avaliar pelo discurso na cerimónia de Investidura na Praça da Independência, naquele dia 15.1.2020, data que ficará nos anais da História de Moçambique.”

-O próximo Executivo vai ser recheado de caras novas, mas aqui chamamos atenção para que os ministros não cheguem lá e nomeiem tudo de novo: desde Secretário Permanente (que no nosso país, de Permanente só tem o nome), Directores Gerais, Directores Nacionais e seus Adjuntos, Chefes de Sectores e Chefes de Departamentos, de Repartição e Secção...

- “Talvez um Seminário para a formação de novos líderes dos ministérios para lhes dizer: **“faça a revolução com a prata da casa...”**

- Se o ministro chega lá muda tudo, vai querer des-

cobrir e inventar a pólvora, quando antes dele nascer já estava inventada. Vai inventar plano megalomaniaco, quando aqueles Secretários Permanentes e Directores poderiam lhe dizer: **“isso já tem Estudo e está na pasta tal ou no PDF...”**

- “E depois, como será e as consequências?”

- Brincar de seminário a seminário – desculpe agora é workshop, como sempre digo como no tempo de “*plafond*,” com o meu amigo Virgílio que era Director Provincial dos Transportes e Comunicações de Sofala, quando era ministro dos Transportes e Comunicações, o Professor Doutor José Luís Cabaço e eu estávamos em Inhambane, antes do meu “exílio” como Director Provincial dos Transportes e Comunicações do Niassa, desta “Desconhecida Niassa”, do tempo de Aurélio Benete Manave, o implacável Governador de Niassa, que amiúde recordo ao Fernando Fazenda (então Director Provincial de Apoio e Controlo do Niassa) e João Carrilho (então Director Provincial de Construção e

Águas), indicados por Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, co-coordenadores do Projecto de Desenvolvimento da futura Cidade de Unango, nos anos oitenta... - explico ao Pedro.

- “Era realmente a *Desconhecida Niassa*...”

- São tempos difíceis e recordo-me das “investidas” de Raimundo Pachinuapa, como Inspector-Geral do Estado, que chegava dias antes da “Visita Presidencial” e antes do Governador saber, visitava a cidade e não como agora que dias antes informam – limpam a cidade e capinam as bermas de estradas – para ver se enganam o Presidente da República, Filipe Jacinto NYUSI, mas o engenheiro mecânico não lhe enganam, porque quer TRABALHO, TRABALHO, TRABALHO!..

- “Era sério e não se pactuava com o favoritismo e Raimundo Pachinuapa teve a fama de ter *mexido* tudo e pedido a Samora Machel para ir libertar os presos no Niassa, depois

da “inspecção” do Inspector de Estado, **Raimundo Pachinuapa**, que **recebia “mandato do Presidente da República”**, para ir **“ver” com olhos de ver inclusive nos ministérios (isso mesmo “inspeccionar os ministros”)...** - era o Pedro que conhece estas estórias, depois de pagar a conta.

Por isso, chamaremos atenção deixando claro que o ministro e vice-ministro até se for sensato não leva a **sua** Secretária, porque uma nova Secretária em ministérios complexos só se aperfeiçoará no fim do mandato do dirigente. Contem com a *prata da casa*, não obstante reconhecer que há mexidas que o dirigente acha fundamentais, sobretudo, com a velocidade que o Presidente da República Filipe NYUSI imprimir – CORRER!...

N.A. – Estetralhofoi elaborado antes de arrebentar a bomba, a constituição do novo Governo de Moçambique, que no momento que redigimos (sexta, 17.1.2020) se aguarda com muita expectativa.

FICHA TÉCNICA			
ZAMBEZE			
Registado sob o nº 016/GABINFO-DE/2002			
Propriedade da NOVOMedia, SARL			
Gestora Administrativa			
Esmeralda do Amaral, Cell: 82-457 6070 84-269 8181			
esmelifania2002@gmail.com			
Direcção, Redacção Maquetização e Administração:			
Av. 25 de Setembro, N. 1676, 1º Andar, Portas 5 e 6			
Cell: 82-307 3450 (PBX)			
zambeze.novomedia@hotmail.com			
Director: Ângelo Munguambe Cell: 84 562 3544			
(E-mail: munguambe2@hotmail.com)			
Editor: Egídio Plácido Cell: 82 592 4246 ou 84 771 0584			
(E-mail: egidioplacidocossa@gmail.com)			
Redacção: Ângelo Munguambe, Egídio Plácido			
e Luís Cumbe			
Colaboradores: Dávio David e Elton da Graça			
Colunistas: Sheikh Aminuddin Mohamad, Cassamo Lalá,			
Francisco Rodolfo e Samuel Matusse			
Grafismo: NOVOMedia, SARL			
Fotografia: José Matlhombe			
Revisão: AM			
Expansão:			
Adélio Machaieie (Chefe), Cell: 82-578 0802			
(PBX) 82-307 3450			
Publicidade:			
Esmeralda do Amaral			
Cell: 82-457 6070 84-269 8181 82-307 3450 (PBX)			
esmelifania2002@yahoo.com.br			
Impressão: Sociedade do Notícias S.A			

MANUEL CARVALHO*

O Governo e a descentralização: um barco à deriva

Se até agora uma das glórias das CCDDR era lutar contra o minifúndio institucional das autarquias, forçando-as a olhar para lá das suas fronteiras, no futuro ficarão reféns desse minifúndio.

O PS, a começar no seu secretário-geral -geral e a acabar nos autarcas até das mais remotas vilas do país, é defensor da Regionalização. E deseja-a tanto que, depois de um vasto pacote de medidas para avançar com uma versão low cost dessa reforma administrativa, lançada logo no princípio da anterior legislatura pelo ministro Eduardo Cabrita, decidiu esperar pelas conclusões de uma comissão nomeada pela Assembleia para estudar o problema.

A Comissão lá disse o óbvio (que Portugal é um anacronismo centralista entre os países mais desenvolvidos e precisa de pensar e executar políticas regionais), mas nem isso foi capaz de clarificar a posição do Governo. Pelo contrário, parece ter-lhe acentuado as dúvidas e consolidado a hesitação. Já percebemos: nada vai mudar para que tudo continue como antes.

A decisão de travar a eleição directa dos presidentes das áreas metropolitanas é mais um exemplo dessa indecisão. Mas, ao contrário do que comparavam essa medida a uma “regionalização encapotada”, ainda bem que a eleição directa foi enterrada porque destruiu a longo prazo qualquer possibilidade de uma regionalização.

Porque, para lá da perversidade de aumentar ainda mais a fragmentação da administração territorial do Estado, dava poder de decisão legitimada politicamente aos polos mais fortes do país e afastava-os do resto do território que estruturam. Ninguém imagina uma região do Norte sem o papel polarizador do Porto nem Lisboa e Vale do Tejo sem a força motriz de Lisboa. Acabar com esse remendo mal-amanhado foi por isso uma opção sensata.

Subsiste ainda uma outra ideia elaborada ainda nos tempos em que Eduardo Cabrita foi ministro adjunto a merecer a mesma sorte: a eleição por um colégio dominado por autarcas das comissões de coordenação regional. António Costa defende que este passo serve “para criar no país a confiança necessária para os passos seguintes”, mas também aqui cai numa cilada que, a prazo, pode comprometer a regionalização.

Olhando a experiência do passado, o maior poder dos autarcas vai tornar as CCDDR num organismo dominado pelos legítimos interesses locais, quando o seu papel é criar uma escala de administração capaz de potenciar políticas à escala das regional. Se até agora uma das glórias das CCDDR era lutar contra o minifúndio institucional das autarquias, forçando-as a olhar para lá das suas fronteiras, no futuro ficarão reféns desse minifúndio.

Mais uma bela prova desta política feita de tergiversação, que nem resolve o problema da macrocefalia do Estado, nem cria alicerces para que o país tenha políticas regionais a prazo como existem nos países que tanto gostamos de emular.

*Colunista do Público (Portugal)

Editorial

Heróis do povo heróico!

O país celebra próxima semana o Dia dos Heróis. Heróis de Marracuene incarnados também no dia 3 de Fevereiro, Dia dos Heróis que tombaram pelos ideais do país. Domingo e segunda-feira próximos, comemoramos datas históricas. A primeira data, 2 de Fevereiro, foi decisiva para o início de uma nova fase na luta de resistência ao colonialismo português, que culminou com a conquista da Independência Nacional, a 25 de Junho de 1975.

Domingo e segunda-feira, curvamo-nos perante os que corajosamente levantaram vozes e derramaram o seu sangue, opondo-se às condições de exploração colonial, daí que os dois dias servem de reflexão para a homenagem, enaltecendo os seus feitos que entraram definitivamente na nossa História e que foram uma grande contribuição para a conquista da nossa liberdade.

Oremos e dancemos em nome destes heróis, uns com nome em avenidas e ruas, outros anónimos, que fazem parte da estirpe de moçambicanos de diferentes grupos étnicos, raças e credos religiosos que geraram um amplo movimento nacional de libertação.

As batalhas dos povos nativos contra a resistência colonial, as revoltas dos trabalhadores da estiva em Lourenço Marques deram mote à série de reivindicações que se foram seguindo um pouco por toda a parte deste imenso território.

As repreensões de que foram alvo as populações em Mueda, os mártires da Machava e de Mabalane, abriram caminho ao dia 25 de Setembro de 1964, data do início da Luta Armada de Libertação Nacional até ao dia da Independência.

Homens e mulheres, intelectuais, camponeses e operários compreenderam que só unidos podiam derrotar o colonialismo. A unidade e a coragem

dos moçambicanos foram factores determinantes que enfraqueceram o poderio militar dos colonialistas. A visão e a perspicácia dos líderes do movimento nacionalista permitiram a organização de uma luta que conduziu à queda definitiva do colonialismo.

Foi uma luta de muitos sacrifícios, em que muitos filhos da Pátria tiveram de pagar com a vida a sua entrega total ao combate libertador.

Ao comemorarmos mais um aniversário da passagem do Dia dos Heróis devemos recordar sem hesitação, nem recalcamientos de origem tribal nem de cor, todos aqueles que com o seu vigor se opuseram às aventuras dos colonialistas.

Devemos, por outro lado, enaltecer outros heróis vivos, desde académicos, antigos combatentes, jovens, homens e mulheres que diariamente contribuem para que o país continue a respirar momentos de paz e por um futuro melhor para todos nós. Devemos todos nos inspirar na história de luta e conquistas que antecederam ao início da Luta Armada até à libertação nacional, ganharmos consciência de que é também possível vencermos a actual etapa em que nos encontramos, para consolidar a democracia, o Estado de direito e lutarmos para o bem-estar de todos.

Assim sendo, a história não morre. Como não morrem os heróis que fazem parte de um povo. As grandes obras devem ser recordadas e conhecidas por todos os moçambicanos. Domingo e segunda-feira, há aulas de história! Do Rovuma ao Maputo, para que as gerações mais novas aprendam um pouco mais sobre os actos heróicos dos seus compatriotas, e que, fundamentalmente, a sociedade aprenda a valorizar mais as pessoas que estiveram por detrás das acções nacionalistas no geral.

Segurança rodoviária na EN4

Governo e TRAC optam por separador sem segurança



LUÍS CUMBE

A TRAC iniciou com as obras de colocação do separador central na Estrada Nacional Número 4 (EN4), no troço Shoprite - Praça 16 de Junho (Maputo e Matola), que deve durar até cinco meses. No entanto, o actual modelo divide opiniões no que se refere a aspectos de segurança, comparativamente ao anterior, pondo, assim, em causa a segurança rodoviária, que tem registado acidentes de viação desde a ampliação do troço em Junho de 2019.

Os acidentes de viação do tipo despiste e capotamento, choque entre viaturas e manobras irregulares dominam entre os acidentes mais frequentes naquele troço. E foram elevados, igualmente, os casos de atropelamento de peões, desde que a estrada conheceu ampliação das anteriores duas faixas de rodagem, para cada lado, para três, criando-se ambiente de insegurança rodoviária aos utilizadores da via. Evidenciam-se entre os pontos que mais casos de acidentes de viação registam, o troço da antiga “CMC”, a zona defronte às bombas da “ENGEN” e um pouco depois da paragem “Casa branca”, a poucos metros da portagem de Maputo.

A título de exemplo, no sábado, (18 de Janeiro corrente) a nossa reportagem presenciou uma viatura que embalada em alta velocidade, no sentido Matola-Maputo, despistou e

chocou com outra que ia em sentido contrário, precisamente na zona da “Casa branca”, onde actualmente é ponto de referência da Polícia de Trânsito a controlar o excesso de velocidade.

É justamente neste ponto (Casa branca) que se verificam constantes manobras irregulares praticadas por parte de alguns automobilistas e chapeiros numa clara evidência de indisciplina, que desviam do nó da Machava, tomando outra direcção da faixa de rodagem, pondo em risco a vida de ocupantes dessas viaturas.

Particularmente, na via das bombas “ENGEN”, são recor-

rentes acidentes do tipo atropelamento. Aliás, no decurso das obras de ampliação, uma criança foi brutalmente atropelada perdendo a vida no local e fazia-se acompanhar por um grupo de crianças que tentou atravessar as seis faixas.

É nesta zona que em anos passados havia-se transformado em autêntico corredor da morte, mais precisamente na antiga paragem da Parmalat e Casa Branca, o que levou a necessidade de implantação de pontes aéreas.

Os governos de Moçambique e da vizinha África do Sul concordaram pelo melhoramento da chamada EN4, que se estende desde Witbank, na província de Gauteng, passando por Nkomati port, na província de Mpumalanga, até à capital moçambicana, Maputo, como parte de uma iniciativa de desenvolvimento espacial entre os dois países, objectivando, sobretudo, o estímulo do comércio e investimentos na região, através do Porto de Maputo.

Facto é que os munícipes

nunca se acostumaram com o uso de pontes pedestres construídas ao longo do troço ampliado. Em tempos, antes da remoção do separador no eixo central, vezes sem conta os moradores das zonas vizinhas perfuravam a rede de vedação para atravessar.

Em finais de 2019, foram concluídas as obras de ampliação da EN4, sem a colocação do separador central, o que a TRAC justificou, na altura, pela falta de consenso entre o Governo e a concessionária, no modelo adequado a colocar.

“Era preciso um separador que também educasse a sociedade”

Moradores e utentes da via enaltecem a colocação do separador central em curso e consideram que a medida poderá reflectir na redução de acidentes ao longo do troço. No entanto, questionam o modelo do separador, no que refere a aspectos de segurança, com uma altura menor comparando ao anterior modelo, que apresentava uma rede de vedação.

Parte considerável dos entrevistados são da opinião que era preciso um separador que, para além de abarcar aspectos de segurança, devia incluir componentes de educação aos utentes da via, sobretudo aos peões, impedindo que estes atravessassem pela estrada. Aliás, anotam nossos entrevistados não raras vezes os carros chocam-se, galgando o separador central já colocado em alguns pontos.

“Penso que o separador vai ajudar até certo ponto, mas, no que tange aos acidentes de viação, tenho algumas dúvidas, comparando com anterior separador, porque em termos de altura impedia peões de atravessarem, mas também evitava

choque entre viaturas”, precisou Salomão Nharre.

“Infelizmente, apesar do separador central, as pessoas continuam sendo atropeladas, penso que isto está mesmo ligado à cultura de não respeitar regras. Mas também este tipo de separador não cria receio nas pessoas para não atravessarem, com o antigo separador dava tempo de se chamar atenção as pessoas ainda a intentar atravessar, sobretudo as crianças”, disse Inês Mboa.

“É louvável a colocação do separador central e pensamos que isso venha a reduzir casos de acidentes de viação. Que as pessoas mudem de mentalidade e usem as pontes pedestres colocadas ao longo da estrada e não arriscar a sua própria vida. Assistimos muitas mortes, atropelamentos”, apelou Valente Carlos Matsinhe.

A nossa reportagem flagrou Joaquim Timane atravessando a EN4, ignorando a ponte pedestre colocada na Casa branca, este diz estar consciente do risco que corre ao atravessar pela estrada, contudo argumenta que fez na tentativa de economizar o tempo.

“Sei do risco que corro, mas eu precisava encontrar o transporte que vai a cidade, portanto, espero nunca mais proceder desta forma, porque ponho em causa a minha vida e da minha família”, lamentou Timane

“O separador visa apenas evitar choque entre carros” - TRAC

O representante da TRAC em Moçambique, Fenias Mazive, defende que o separador central não pode ser visto como o que vai impedir a ocorrência de acidentes de viação ao longo da via, mas apenas evitar choque entre carros, pois, no entender de Mazive, trata-se de um problema de saúde pública, afectando o país no geral e não em particular a EN4.

Mazive aponta a necessidade de mudança de mentalidade pelos utentes da via, optarem pelo acatamento das normas de segurança afixadas ao longo da estrada, desde o não excesso de velocidade, o uso de pontes pedestres não raras vezes ignoradas pelos peões.



Salomão Nharre



Valente Matsinhe



Joaquim Timane

Famílias retiradas da Praia Nova na sequência do ciclone Idai

Presidente da APS preocupado com o cenário de “vai e vem”

Devido a ocorrência de inundações e ciclone Idai, em 2019, cerca de 250 famílias que viviam na área litoral da Praia Nova foram transferidos para o distrito de Dondo. Já no distrito de Dondo, concretamente em Mandruzi, Mutua e Savana, as 250 famílias foram lhes garantidos respectivos talhões para edificação das suas habitações, em lugares seguros.

De acordo com administrador do distrito da Beira, João Oliveira, a iniciativa do Governo local visava criar condições para solução definitiva dos problemas que passavam as famílias da Praia Nova, que de forma cíclica sofriam de inundações pelas enxurradas e invasão das águas marinhas ao continente, bem como evitar com que o governo preste assistência as mesmas pessoas.

Enganam-se assim aos que pensavam desta maneira, pois se constatou que parte daquelas famílias que haviam sido transferidas para Dondo decidiram, depois de vender os seus terrenos, regressar as zonas de origem, neste caso a Praia Nova.

O comportamento indecente destas famílias, segundo conta o administrador do distrito da Beira, João Oliveira, quase de que deitou por água abaixo os esforços empreendidos pelo governo com vista a minorar o sofrimento daquela camada social.

A Presidente da APS- Assembleia Provincial de Sofala, Antónia Charre, que recentemente visitou os locais de risco e propenso as inundações e o centro de reassentamento do IFAPA, aberto algures da cidade da Beira, afirma ser legítima a preocupação do Governo em volta do cenário de “vai e vem”, protagonizados pelas famílias que já haviam sido transferidos e atribuídos respectivos

terrenos no distrito de Dondo.

“Não faz sentido o Governo ter que prestar assistência as mesmas pessoas, sempre que ocorrem casos de inundações na cidade da Beira, se uma vez já lhes foram atribuídos talhões em zonas seguras”-

referiu Antónia Charre, para de seguida apelar as entidades ligadas a Autarquia da Beira para que tomem medidas administrativas duras, quer para com as famílias que vendem os seus terrenos a terceiros e os funcionários desonestos que atribuem talhões para construção em locais inapropriados.

Apelou igualmente as estruturas dos bairros para intensificar campanhas de educação cívica com vista a sensibilizar as famílias para não requerer suas habitações

em zonas não seguras, com vista a evitar possíveis riscos.

“Não queremos mos que a situação do género prevaleça por muito tempo, E não queremos ouvir o registo de mais casos de famílias que continuam a viver em zonas de risco, enquanto foram lhes criadas condições mínimas para que vivam em segurança.”

Durante visita aos locais de risco e propensas a inundações, a presidente da APS, Antónia Charre fez se apresentar dos três chefes das

bancadas com assento neste órgão, nomeadamente, Zacarias Magibire (Frelimo), Maria Virgínia Fernandes (MDM), Josefo Nguenha (Renamo).

Dados fornecidos pelo Governo do Distrito da Beira indicam que a recente inundação que registou na cidade da Beira causou cinco óbitos, perda de três mil hectares de cultura de arroz, 15 Escolas Primárias Completa alagadas, afectou 93 pessoas equivalentes a 43 famílias.

Francisco Esteves



Comercial

ANUNCIE NO
ZAMBEZE

Departamento Comercial

Contactos: (+258) 82 307 3450
(+258) 824576070 | (+258) 84 269 8181
E-mail: esmelifania2002@gmail.com
esmelifania2002@yahoo.com.br

Lutero diz que o que interessa é a qualidade e não quantidade

MDM, uma bancada cada vez mais minoritária na AR

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) vai experimentar, ao longo da IX Legislatura, cenários de uma total insignificância, pelo número de deputados que a representa naquele órgão. O mais baixo de todos os tempos. Na VII Legislatura, em 2009, o MDM estreou-se no parlamento com 8 deputados, o que forçou a lei a admitir a criação de uma bancada com aquele número. O regimento da AR na altura dizia que o estatuto de uma bancada parlamentar é reconhecido sempre que um partido ou coligação tenha feito eleger, pelo menos, 11 deputados. Esse requisito foi revisto. Na VIII Legislatura, com a popularidade que tinha, o MDM conseguiu eleger 17 deputados. Paradoxalmente, na legislatura que abriu recentemente, o MDM vai estar no parlamento com apenas 6 deputados, um decréscimo drástico de 11 assentos.

Lutero Simango, o eterno chefe da bancada e irmão do presidente do MDM desde a sua fundação, questionado sobre a relevância da sua bancada na política nacional, após ficar reduzida a seis assentos relativizou o facto, realçando a qualidade em detrimento da quantidade.

“Vejo a nossa bancada parlamentar com capacidade de provocar um debate político nacional, capaz de produzir ideias e, de facto, representar os interesses do povo moçambicano”, frisou.

Sobre a maioria qualificada de 184 assentos que a Frelimo controla na nova AR - dos 250 deputados do órgão - Lutero Simango relativizou essa circunstância, realçando a importância da qualidade em detrimento da quantidade.

“Jamais aceitaremos que as nossas liberdades que foram conquistadas com muito sacrifício sejam retiradas”, destacou.

Além do MDM, com seis deputados, e da Frelimo, com

184, a Resistência Nacional Moçambique (Renamo) está na AR, com 60 deputados.

Tempo de intervenção é proporcional ao número de deputados por bancadas

No período reservado aos debates parlamentares, o tempo é normalmente estabelecido pela Comissão Permanente e dividido depois pelas bancadas na proporção do número de deputados por bancada.

Ora, o MDM com apenas seis deputados, terá pouco tempo para poder deixar as suas ideias dentro daquele fórum da política nacional.

Entretanto, este partido afirma que este facto não

Que a Assembleia da República seja um centro de debate de ideias, de debate de políticas, para que o país possa resgatar a paz efectiva, porque os moçambicanos, como todos sabemos, almejam paz

deve constituir motivo de alarme e encara a pacificação efectiva do país e a defesa dos direitos e liberdades dos moçambicanos como prioridades para o novo mandato.

“Que a Assembleia da República seja um centro de debate de ideias, de debate de políticas, para que o país possa resgatar a paz efectiva, porque os moçambicanos, como todos sabemos, almejam paz”, disse o chefe da bancada do MDM, Lutero Simango, na primeira entrevista após a tomada de posse do parlamento.

Simango adiantou que a bancada do seu partido vai defender o diálogo para acabar com a violência armada, principalmente, no Centro do

país, porque no Norte não são conhecidos os autores nem as motivações dos grupos armados que actuam na região - faltam, por isso, interlocutores.

Por outro lado, o partido vai defender no parlamento propostas concretas viradas à inclusão económica, política e social, visando terminar com as várias crises que o país enfrenta.

“O MDM sempre defendeu que tem de haver inclusão política, económica e social em Moçambique, essa foi sempre a nossa bandeira”, referiu.

Nesse sentido, defendeu a aprovação de incentivos fiscais para as pequenas e médias empresas e de créditos bonificados à habitação para os jovens.



IMD recomenda mais diálogo no parlamento



O Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), uma organização da sociedade civil que trabalha na assistência e promoção da democracia multipartidária em Moçambique, apela os parlamentares da IX legislatura a incrementarem o diálogo como forma de buscar consensos na aprovação de políticas estruturantes. Recomenda os parlamentares a reforçarem os mecanismos de diálogo interno e externo, de forma que o parlamento possa cumprir de forma efectiva com as suas funções clássicas de legislar, representar, fiscalizar e autorizar acções do poder executivo e judiciário.

“Aliado ao diálogo permanente, é preciso que a Assembleia da República, no geral, e as bancadas parlamentares, em particular, sejam cada vez mais interventivas e apresentem projectos de lei tendo em conta as propostas que constam dos seus manifestos eleitorais”, refere o documento, que adianta ser esta uma forma de viabilizar as promessas que cada um dos partidos representados na Assembleia da República apresentou durante a campanha eleitoral.

Para o IMD, a composição parlamentar tem um forte potencial de tornar o ambiente e debate político altamente polarizado, com um domínio excessivo do partido Frelimo, que tem uma maioria qualificada. Neste sentido, se medidas cautelares não forem tomadas, corre-se o risco de o partido maioritário deliberar validamente sobre qualquer assunto que lhe for favorável, incluindo uma revisão da Constituição da República, não obstante os limites da revisão estarem claramente demarcados.

“Ignorar posicionamentos da oposição, seria igualmente ignorar os interesses de uma franja significativa da população a quem estes partidos representam”, refere o documento, adiantando que “mais do que considerar os posicionamentos dos partidos políticos parlamentares, é importante que algumas matérias sejam submetidas ao de-

bate público e sejam tidos em conta os interesses das diferentes forças vivas na sociedade, entre elas, sociedade civil, académicos, religiosos, lideranças locais entre outras, tendo em conta a sua relevância em relação as matérias em causa”.

Outra recomendação feita pelo IMD é que os parlamentares façam o seu trabalho com imparcialidade, de forma que não se deixem influenciar por questões de natureza político-partidária e que promovam através da função fiscalizadora a integridade na gestão do bem público e uma gestão ao bem-estar da população.

“No contexto da implementação dos Acordos de Paz e Reconciliação Nacional, assinados em Agosto de 2019 e da promoção da Segurança Nacional, o parlamento deve continuar a buscar consensos com vista a viabilizar a implementação de medidas adequadas e sustentáveis”.

Outra matéria que o IMD considera prioritária, para o parlamento estão relacionadas com a necessidade de o parlamento avaliar a eficácia da legislação sobre a governação descentralizada, resultante da revisão constitucional em 2018 e fazer os ajustes que forem necessários, sobretudo no que se refere a viabilidade da eleição dos administradores distritais, prevista para 2024. No mesmo sentido a que se assegurar em termos legais as bases para que a população participe e se beneficie nos inves-

timentos a serem feitos nos projectos de exploração dos recursos naturais em face dos investimentos já anunciados e se clarifiquem as políticas de gestão das

mais-valias decorrentes da exploração.

E tendo em conta que os processos eleitorais em Moçambique têm levantado questionamentos sobre a sua integridade, o IMD considera que a próxima legislatura tem também o desafio de rever a legislação eleitoral, de forma a reduzir cenários similares nos futuros processos. Apela desta forma, que esta legislação seja revista o quanto antes, de forma a permitir debates profundos e que os diferentes actores se apropriem dela antes da implementação. Ligado a este desafio, deve-se rever a Lei da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e eleger membros deste órgão, tendo em conta que o mandato dos actuais titulares termina em Abril de 2020.

A investidura dos deputados da Assembleia da República em Moçambique para a IXª legislatura teve lugar no dia 13 de Janeiro, como resultado das VI as Eleições Gerais realizadas a 15 de Outubro de 2019. Em termos de composição do parlamento, o partido Frelimo vai ter mais de dois terços dos deputados eleitos, passando de 144 para 186 mandatários do povo. A Renamo passou de 89 para 60 deputados e o MDM passou de 17 para 6 deputados.

Comercial

Quando viajar, use o Cartão Travel Money do BancABC!

Um cartão pré-pago que não está sujeito a variações cambiais e não cobra comissões em pagamentos via POS no estrangeiro, desde que use o cartão pré-pago da moeda certa, correspondente ao país em que se encontra.

Está disponível em 4 moedas diferentes: Rand (R175), Dólar (\$13), Euro (€11) e Libra (£10) e não necessita de estar associado a uma conta bancária.

Requisite já o seu cartão Travel Money na nossa agência mais próxima.

Para mais informações:

- ☎ 02 855 8555
- 📞 02 855 8555
- 📞 02 855 8555
- 📞 02 855 8555

www.bancabc.co.mz

BancABC parte do Allasmaro



JOSÉ MATLHOMBE

Zoom

Face aos riscos ambientais

OIT e Gapi reforçam resiliência de negócios

A OIT – Organização Internacional de Trabalho e a Gapi iniciaram um projecto focado na melhoria da resiliência das empresas e riscos de novos investimentos face aos principais desafios ligados às mudanças climáticas. A OIT e a Gapi estão a capacitar gestores de empresas e promotores de novos negócios em matérias sobre a resiliência das organizações empresariais e respectivos negócios.

O acordo que liga a OIT à Gapi preconiza a capacitação de gestores de empresas e empreendedores. A primeira fase, que teve lugar de 19 a 21 de Dezembro na cidade da Beira, contemplou a formação de formadores em matérias que incluem (i) a identificação do quão resiliente é uma organização; (ii) identificação dos riscos que podem afectar uma organização; (iii) avaliação do

nível de vulnerabilidade; (iv) compreensão das prioridades da organização, dentre outras. “Esta metodologia de concepção e gestão de negócios é uma abordagem desenvolvida pela OIT e surge como uma ferramenta para ajudar as empresas, seus trabalhadores e famílias, a construir resiliência, de modo a fazerem face aos desastres naturais. Ademais, compreender e implementar essas ferramentas, fortalecerá a resiliência das empresas aos

desastres naturais. – considera Igor Felice, representante da OIT em Moçambique.

Esta aliança OIT-Gapi pretende preparar as pequenas empresas e seus investidores a atenuar e prevenir os efeitos das mudanças climáticas sobre os principais sectores de actividades económicas, com destaque para áreas como a agricultura, pesca e comércio geral, que constituem as principais fontes de geração de emprego e renda para maior parte dos moçambicanos. As cheias, secas e ciclones, influenciam significativamente na sustentabilidade dos negócios.

A Gapi tem vindo a fazer intervenções neste domínio, donde se destacam os programas desenhados para minimi-

zar os efeitos das destruições pós calamidades, onde a recuperação de empresas e das economias locais, com enfoque no homem, tem sido o foco principal. As intervenções aquando das cheias do ano 2000 e o FEREN – Fundo de Emergência para a Recuperação de Empresas e Negócios - para apoiar a recuperação e expansão de empresas/negócios nas zonas afectadas pelos ciclones Idai e Keneth, são disso exemplo.

“A Gapi considera importante que os empresários das zonas afectadas pelos desastres naturais, principalmente mulheres e jovens, tenham acesso a uma oferta integrada de serviços, combinando treinamento em habilidades de gestão de negócios e continuidade de

negócios, bem como acesso a serviços financeiros”, assegurou Adolfo Muholove PCE desta instituição, para quem “A experiência que temos como provedor de serviços, aliada a nossa abrangência geográfica e cultural, nos faz termos elevadas expectativas de sucesso”.

Nos próximos meses, acções de formação decorrerão nas províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia, em matérias ligadas à resiliência e sustentabilidade das empresas de jovens e mulheres de sectores não nocivos ao meio ambiente. Com esta intervenção holística espera-se que as empresas da região centro do país e respectivos gestores sejam capazes de lidar com os riscos associados a catástrofes naturais.

Campanha porta-a-porta

AdeM sensibiliza consumidores

No âmbito da implementação do Programa Acelerado e Integrado de Redução de Perdas (PAIRP), a empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) lançou, na quinta-feira, 23 de Janeiro, a “Campanha de Cobrança e Sensibilização” dos clientes para o pagamento de facturas de água.

A iniciativa, que vai abranger todas as áreas operacionais da empresa, tem por objectivo principal a divulgação das facilidades de pagamento de facturas que a empresa oferece, através do uso de plataformas electrónicas, bem como a possibilidade de regularização das dívidas de clientes.

Durante cinco dias consecutivos, a primeira fase do projecto vai abarcar as áreas operacionais da Matola, Maxaquene, Laulane, Chamanculo e Machava.

O propósito da campanha, segundo explicou António Guiamba, porta-voz da AdeM, é de divulgar os serviços que a empresa oferece, nomeadamente plataformas tecnológicas que permitem aos clientes efectuarem o pagamento de facturas, onde quer que estejam, em qualquer momento, sem terem de se deslocar a uma loja da empresa.

“Pretendemos divulgar as modalidades, formas e plataformas de pagamento disponíveis, incluindo a possibilidade que os clientes têm de estabelecer um acordo com a empresa, com vista a procederem ao pagamento

das dívidas em prestações, evitando a ocorrência de situações de corte e restrições no fornecimento deste precioso líquido”, referiu.

A materialização desta campanha é feita, através de brigadas móveis, com as quais a AdeM contacta os seus clientes, porta-a-porta, apelando o pagamento de facturas, de modo a evitar a suspensão no fornecimento de água ou consumo ilegal.

Flórida Gaspar, uma das clientes da AdeM, no bairro Belo Horizonte, no município de Boane, província de Maputo, congratulou a empresa pela iniciativa, tendo referido que ela constitui uma grande oportunidade para os clientes se aproximarem cada vez mais à AdeM e, assim, poderem beneficiar dos serviços que oferece.

“Com esta visita da AdeM, fiquei a saber que a empresa permite que os clientes com dívidas elevadas possam liquidá-las de forma parcelada, o que facilita o pagamento”, disse.

Importa realçar que o PAIRP tem como objectivo controlar a dívida acumulada de clientes, diminuir o índice actual de perdas em diferentes sectores, de 50% para 19%, até 2023,



e debruçar-se sobre aspectos relacionados com a suspensão de clientes, consumo de água não facturado, eficiência energética, capital humano e uso de condutores fiáveis, entre outros.

Há roubos no centro de saúde do Alto-Maé

O centro de saúde do Alto-Maé continua sendo alvo de assaltos perpetrados por cidadãos que se fazem passar por pacientes em busca de tratamento. Segundo as estruturas daquele bairro, os recorrentes assaltos se devem a não observação de alguns aspectos tidos em conta na reabilitação daquele centro. O Centro de Saúde Santa Filomena foi recentemente reabilitado. Mas a segurança

continua ao Deus dará devido ao descuido do empreiteiro na elevação do muro que possibilita a entrada de malfeitores supostamente dos bairros circunvizinhos. Segundo a directora clínica do Centro de Saúde Alto-Maé, Assimitha Muthisse, explicou durante a visita efectuada pelas estruturas do bairro, que a reabilitação do centro de saúde trouxe uma nova roupagem

que oferece comodidade aos pacientes. Contudo, os constantes roubos de bens do pessoal de saúde preocupa a direcção, porque os malfeitores se fazem passar por pacientes. “São constantes os roubos aqui no centro de saúde as pessoas fazem-se passar por pacientes enquanto tem outros desejos obscuros” disse a fonte acrescentando que tudo está sendo feito no sentido de

reverter o cenário dos roubos. Entretanto, a secretária do bairro Alto-Maé, Angélica Espanhol, lamentou a situação vivida naquela unidade sanitária, considerando que o hospital é um lugar onde todos são atendidos quando se sentem incomodados independente do seu status social. Espanhol referiu ainda que há um trabalho que vem sendo feito junto da polícia no sen-

tido de reverter a situação da criminalidade. É assalto em todo lado deste bairro, referiu Espanhol. Fez notar que estacionar viatura na zona da Belita é um autêntico risco, pois os malfeitores retiram espelhos, pára-brisas e aquilo que acharem. As estruturas do bairro e a polícia têm se desdobrado na identificação dos malfeitores e dos lugares de revenda de objectos.

Para a paz e desenvolvimento de Moçambique

Por que não experimentar a partilha

ALBERTO LOTE TCHECO

Moçambique já tem, na sua história, factos que levam a questionar certas abordagens e práticas políticas para se concluir que a repetição de algumas destas merece ser questionada e se tirar algumas conclusões para que o país seja, pela primeira vez, um espaço de paz entre moçambicanos e de desenvolvimento que não seja interrompido e desfeito pela cíclica violência armada. Uma destas relaciona-se com o sentido e prática da inclusão.

Os vocábulos “inclusão”, tal como a “democracia”, são como uma bela menina que tem de ser namorada a qualquer custo por pretensos pretendentes cujos interesses somente eles conhecem. É por isso que não se conhece nenhum político que não as “namore”, afirmando ser democrata e inclusivo. Mesmo os políticos mais déspotas curvam-se em exageradas vénias sobre estas palavras como apaixonados por eles, mas que se sabe que, no fundo, as odeiam, pois estão mais interessados em satisfazer outras agendas (partidárias, étnicas, raciais, regionalistas, etc.) e nunca a do povo, pois a democracia é governo do povo e inclusão significa também incluir pessoas da oposição na governação, significa dividir o poder e os recursos. E no desaconselho de os rejeitar publicamente, os políticos da exclusão e anti-democracia optam por se assumirem especialistas duma nova disciplina científica, a “Politoliquística”, atribuindo-lhes sentidos que escapam aos especialistas de linguagem, os linguistas. Sabemos que discurso político é objecto de estudo da Análise de Discurso que assume o discurso político como opacidade deslumbrante e espaço de extrema manipulação no jogo de conquista do poder político. É assim que no passado, no nosso país, não se podendo afirmar contra a democracia, o termo democracia significava, paradoxalmente, “ditadura popular”, e, em seu nome, qualquer um que tivesse, expressasse e se determinasse a aplicar outra democracia política que não fosse compatível com aquela, era imediatamente reprimido de todas as formas. Esta ditadura apoiava-se numa outra ciência denominada marxismo-leninismo, um ismo que se impôs à força em vez do sufixo “logia” designativo duma

ciência normal.

Na actualidade política moçambicana, caracterizada por conflitos cíclicos e pobreza absoluta que não encontra espaço para a sua erradicação por causa dos cíclicos conflitos político-militares, desde a guerra civil

como internacionalmente.

Tendo em conta o contexto político, em especial, das contestadas eleições em que as evidências de fraude foram mais que evidentes, segundo muitos analistas e observadores, o histórico de violência político-armada que sempre resulta da vontade de conquista do poder político por outros grupos; das conversações entre a Renamo e o governo da Frelimo, que culminaram com a adopção do pacote eleitoral de descentralização para possibilitar que a oposição possa também governar nas províncias onde sempre as ganhou, esperando-se

efectiva e que, dessa realidade, a paz e o desenvolvimento do país estivessem garantidos. Ou seja, que, por esta possibilidade de a oposição também governar onde sempre ganhou, provavelmente, por mais algum tempo prolongado, a paz seria definitiva tal como foi adjectivada no acordo paz e reconciliação, assinado entre o Presidente da República, Filipe Nyusi, e do partido Renamo, Ossufo Momade, a 6 de Agosto de 2019, depois da assinatura do acordo de cessação das hostilidades entre as forças dos mesmos, a 1 de Agosto deste mesmo ano, nas matas de Gorongosa.

de 10-0. Surpresa das surpresas, uma vitória acompanhada de muitos sinais de intervenção do árbitro, dos juizes de linha, do árbitro electrónico, das comissões de arbitragem, etc. A oposição, confortada pelo apoio de muitos analistas e observadores de muitas organizações que denunciaram a trama eleitoral, não reconhece os resultados e tem promessas de manifestação do repúdio.

É neste contexto que ressurgiu, com muita energia e veemência, o vocábulo “inclusão”, solicitado como a tal varinha mágica que pode criar a esperança de



dos 16 anos, que fez retroceder o país para níveis mais altos de sofrimento e destruição aos últimos conflitos, a palavra inclusão tem sido chamada à ribalta como um passe mágico que se acredita poder estancar estes males. Mais do que noutro momento político, neste actual, de nomeações a cargos públicos, derivados da tomada de posse do novo presidente da república, o engenheiro Filipe Nyusi, reeleito em eleições das mais contestáveis tanto nacional

que, nestas últimas, se repetisse o histórico resultado favorável à oposição; as exigências do então líder da Renamo, Afonso Dhlakama, de governar as 6 províncias onde vencera as eleições, como forma de descongelar as tensões políticas que vêm culminando com a violência armada, estava-se mais que seguro, para qualquer um que acompanha minimamente o assunto, que a partilha do poder político, seria

Todo este contexto político sugeria que a Renamo também melhoraria os seus resultados eleitorais nas diferentes frentes (presidenciais, legislativas e provinciais) e que, ainda que não as ganhasse, estava-se mais que seguro que ganharia nas suas históricas províncias. Ninguém, provavelmente, mesmo entre os vitoriosos retumbantes, podia prever que a oposição sofreria uma estrondosa goleada

paz e desenvolvimento almejados, e que nunca, ao longo da nossa história soberana, conseguidos por todas as políticas que se afirmaram de inclusão. Quer dizer, cada dirigente afirmou estar a praticar a inclusão. Agora, no início de mandato do chefe do governo, a palavra inclusão vem à tona, de pessoas de todos os quadrantes que entendem ser a inclusão um meio de garantir a paz e o desenvolvimento. Deve

na pessoal de poder e recursos? (1)

ter sido pela percepção deste movimento de opinião pelo chefe do governo que, se sentindo pressionado, dedicou algumas palavras do seu discurso sobre o sentido deste termo, a inclusão.

Como se afirmou anteriormente, esta palavra é semanticamente muito rica, sendo alguns dos seus significados obra dos políticos para justificar a exclusão. Mas, primeiro, temos de considerar que a política é uma área de conflito político em que cada pessoa ou grupo pretende se impor sobre o outro, o que acontece, muitas vezes, pelo uso quaisquer meios justifiquem os



Getty Images/AFP/Stringer

fins. É assim que os políticos se atribuem a sabedoria de dar significado a certas palavras de esfera política conflituante como esta de inclusão. É assim que o presidente eleito, Filipe Nyusi, entende que “Não haverá inclusão nem participação dos cidadãos nos processos da governação se cada um dos moçambicanos não tiver as mesmas oportunidades de acesso aos serviços públicos, à justiça e aos recursos nacio-



nais”. Neste sentido, percebe-se que o chefe de estado entende a inclusão como o beneficiar justamente dos serviços públicos. A inclusão não é, neste sentido, um termo político, pois política é um jogo de poderes e é próprio de políticos e estes é que, em algum momento, praticam a inclusão ou a exclusão. Mas tinha de responder directa e claramente a muitas vozes que entendem a inclusão como acto político, isto é, uma questão de governação entre os políticos, o que é assumido como a presença de pessoas que sejam da oposição e não necessariamente do partido no governo como de ministros, vice-ministros, secretários de estado, embaixadores, chefes de estado-maior e de outros títulos de responsabilidade pública. Por isso, mais adiante, o chefe de estado explica o significado de inclusão afirmando que a “inclusão é muito mais do que acomodação de um grupo restrito de compatriotas, seja qual for a sua origem”. O locutor evita o termo oposição por “seja qual for a sua origem”, numa estratégia discursiva de ocultação da verdade assumida por muitos, o que pode ser interpretado como um reconhecimento da verdade ou certeza desta necessidade, mas que, por outros interesses e imperativos,

não pode aplicar esse sentido de inclusão, de incluir elementos da oposição na governação ou que não sejam militantes do seu partido. Pode se assim assumir que o locutor tem consciência dessa necessidade pública e mesmo de si sobre o imperativo de inclusão pessoal. Neste “dizer sem dizer” (Ducrot, 1977), os subentendidos são um recurso utilizado

para que possamos afirmar algo sem assumir a responsabilidade de termos dito”. Mas tem, o locutor, de “convencer” de que realizou aquela vontade das muitas vozes, de inclusão de pessoas que não sejam do seu partido ao afirmar não ter questionado a filiação partidária dos nomeados, mas que também não se conhece que os nomeados sejam

de algum partido da oposição, o que constituiria algum sentido do termo inclusão, neste contexto. Trata-se ainda de estratégias discursivas que confirmam a consciência do imperativo de aplicação prática da inclusão de elementos da oposição ou, no mínimo, de pessoas reconhecidas como críticos, entre tantos da sociedade civil, empresários, analistas e jornalistas que deram provas bastantes de conhecimento, capacidade e competência para contribuir na qualidade de membros do governo.

Nesta altura em que se envia este texto para publicação, o chefe do governo ainda tem por nomear mais poucos ministros, assim como muitos vices e muitos dos que torcem pela inclusão no sentido pessoal ainda esperam que nomes da oposição possam ainda constar no mapa governamental e tal pode ainda acalantar que a paz e o desenvolvimento podem ser mais consolidados. Seria para todos uma surpresa agradável, pois no sentido nyusiano de que “incluir é ouvir os que pensam diferente, incluir é dar oportunidades iguais a todos, incluir é exercer justiça social, é promover o emprego”, remete para uma outra prática que não seja a de que muitos entendem e desejam que seja implementado para a garantia de paz e desenvolvimento.



Casal expulso de avião por causa do nome que deu à rede Wi-Fi



Um casal foi expulso de um voo, no passado dia 15 de janeiro, depois de os tripulantes terem identificado uma rede de Wi-Fi com nome ameaçador. Tratava-se de um voo da GoJet, a operar como ligação da companhia Delta, que ia partir de Detroit, nos Estados Unidos, com destino a Montreal, no Canadá, conforme

explica o Detroit Free Press.

A tripulação deu conta de uma rede de internet com o nome “detonador remoto”, que não tinha sido desligada, como é regra antes de descolar.

A polícia entrou no avião e acompanhou à saída o homem de 42 anos e a mulher de 31, naturais do Quebec. Ambos foram libertados pouco depois, estan-

do pendente uma investigação.

O avião descolou com atraso de cinco horas por causa do incidente.

“Eu, primeiro, pensei que tinha alguém mesmo perigoso na parte de trás do avião porque o piloto avisou que havia um problema lá atrás”, disse um dos passageiros à mesma publicação. “Foi um pouco stressante mas acho que eles fizeram um bom trabalho ao lidar com a situação”, acrescentou, referindo-se às autoridades e à tripulação.

Esta já não é a primeira vez que os nomes dados às redes Wi-Fi levantam problemas em voos. Em 2016, mais de quatro dezenas de passageiros foram obrigados a sair de um avião antes de descolar, na Austrália, por causa de uma rede chamada “Aparelho Móvel de Detonação”.

Davos 2020

“Canalizadores” russos com passaporte diplomático eram ... espiões

O título requer uma explicação: houve uma tentativa de espionagem em Davos — resort de esqui e desde 1971 sede do Fórum que reúne líderes empresariais e políticos de todo o mundo — que a polícia local pôde travar, segundo o jornal suíço Tages-Anzeiger.

A Polícia revelou que os dois homens ao serem abordados para efeitos de identificação, numa operação de rotina, apresentaram o seu passaporte diplomático da Rússia, que lhes concedeu proteção impedindo a polícia de os prender sob a suspeita de que eram falsos canalizadores.

Posteriormente, confirmou-se que os dois homens não tinham sido registados como diplomatas oficiais na capital suíça, Berna. Reforçou-se então a suspeita de que os falsos canalizadores estariam a instalar equipamentos de vigilância em espaços importantes da cidade para espiar a vida privada e as conversas das elites mundiais durante o evento Davos 2020.

Mas contactada pela Reuters, a Embaixada da Rússia em Berna desmentiu a reportagem do diário Tages-An-

zeiner. O porta-voz da missão diplomática afirmou que dois diplomatas russos com acreditação fora da Suíça tinham sido identificados pela polícia sem qualquer incidente.

“Os passaportes diplomáticos só são concedidos a funcionários de alto escalão, não a trabalhadores manuais”, disse o porta-voz que acrescentou: “Acredito que isso começou como uma piada de mau gosto”.

A porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, a já internacionalmente conhecida Maria Zakharova, respondeu à Reuters que em Moscovo não têm conhecimento do incidente.

“Os russos estão em todos os países e espiam os seus inimigos”

O investidor anglo-americano William Browder, de 55 anos, que desde 2009 busca justiça para o seu advogado Sergei Magnitsky, que morreu numa prisão russa, não tem dúvida de que a reportagem é fundamentada e que a Rússia está em todo o lado, como disse na terça-feira, 21, à Reuters.

“Os russos estão ativamente a procurar todos os seus inimigos em todos os países”. Podem fazê-lo “porque têm vastos recursos”, garante o investidor Browder que, segundo o New York Times, desde 2004 está na lista dos arqui-inimigos de Putin por ter desafiado os interesses do Estado russo através do Hermitage Fund e desde então não pode entrar na Rússia.

“Não tenho dúvida nenhuma de que estão em Davos também para espiar os seus inimigos”. Browder acrescentou que a sua presença no Fórum tem a finalidade de confrontar as autoridades russas responsáveis pela morte de Sergei Magnitsky, detido quando investigava casos de corrupção no aparelho do Estado russo.

A resposta das autoridades judiciais russas é que Browder é suspeito de ter mandado matar várias pessoas, entre elas o seu advogado Sergei Magnitsky, morto aos 37 anos numa prisão russa.

Browder, financeiro nascido nos Estados Unidos e que se naturalizou inglês, replica que o argumento russo é tão absurdo que se torna ridículo.

Lesotho

Mistério da morte da 1ª dama seguido de fuga da 2ª procurada pela polícia

O primeiro-ministro do Lesotho, Thomas Thabane, volta às primeiras páginas dos noticiários, menos de dois meses após a insólita medida do seu executivo que provocou uma troca de “punhadas” na casa parlamentar. Desta vez, o caso envolve não um ato de (des)governança mas um crime: o homicídio, em 2017, da primeira-dama, Lipolelo Thabane, a primeira esposa do chefe do executivo lesothiano, de que este e a sua atual primeira-dama, Maesaiah Thabane, são suspeitos. Os cidadãos dizem-se envergonhados como povo e pedem à primeira-dama em fuga que se entregue à Justiça.

O reino do Lesotho, uma monarquia constitucional, está agora “envergonhado” com o seu chefe do governo e há três anos ficou “em choque” com o assassinio da ex-primeira-dama Lipolelo Thabane, de 58 anos, atingida com vários tiros de perto, quando regressava a casa ao anoitecer.

Um “crime sem sentido”, como o classificou o viúvo, Thomas Thabane, de 78 anos, que dois dias depois tomava posse para um novo mandato de primeiro-ministro do reino de Lesotho.

O comissário Holomo Molibeli que há três anos investiga o caso — que o próprio primeiro-ministro viúvo entendeu não merecer investigação porque era “um crime por desconhecidos” — contou à correspondente da BBC em Harare, a capital lesothiana, sobre as dificuldades do seu trabalho. O muro de silêncio dos agentes que primeiro tomaram conta da ocorrência, as provas recolhidas que desapareceram ... ameaças veladas. Mas também há o mal-estar geral, ante o mistério da morte de Lipolelo. “O que lhe aconteceu foi tão estranho”, disse o cidadão Lebohang Liballo à BBC. Permanece a sensação de que o país falhou à sua antiga primeira-dama, que “merece justiça”. As suspeitas entenebrece a governação de Thabane.

A fuga de Maesaiah “tem sido um grande embaraço, uma

vergonha para o país. A primeira-dama tem de regressar para esclarecer tudo”, disse o cidadão Bakwena Mofoka, ao falar com a correspondente da BBC.

TC pôs na ordem primeiro-ministro com duas primeiras-damas

O primeiro mandato de Thabane foi recheado de peripécias: ele afastou a esposa e passou a viver com Maesaiah, de 35 anos. Para todos os efeitos, ela era a esposa do primeiro-ministro e primeira-dama.

Mas Lipolelo contestou a sua preterição como primeira-dama. O tribunal constitucional deu-lhe razão e na sentença proferida em 2015 ordenou: “O Tesouro Público tem de parar de pagar as despesas de Maesaiah”.

O TC entendeu também que Maesaiah devia “cessar todas as funções e deixar de fruir de direitos que eram exclusivos da requerente [Lipolelo] como primeira-dama”.

A sentença foi “a suprema humilhação” para o primeiro-ministro, que teve de retirar os benefícios a Maesaiah e devolvê-los a Lipolelo.

Investigação relança-se com acesso a informação revelada em Dezembro

A AFP em Dezembro noticiou que o comissário Holomo Molibeli tinha, em carta datada de 23 de Dezembro transacto, pedido ao primeiro-ministro octogenário que esclarecesse o que “as investigações revelaram: a existência de uma comunicação telefónica no lugar do crime em questão e que foi estabelecida com um telemóvel com o número de V. Exa.”

A primeira-dama foi convocada para prestar depoimentos e devia ser ouvida em 10 deste mês. Mas nunca mais foi vista e o marido recusa falar sobre o paradeiro dela.

Em conferência de imprensa esta semana, Thabane já fez saber que vai deixar a chefia do governo, “mas não por causa deste caso sem fundamento, mas devido à minha idade”, reporta o Lesotho Post na edição de sexta-feira, 24.

UEM e FAO realizam **treinamento regional sobre mosca da fruta**

A Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, da Universidade Eduardo Mondlane, em parceria com a FAO, realiza, até sexta-feira, o treinamento regional em identificação de moscas da fruta na agricultura.

A mosca da fruta, particularmente a oriental, ataca várias fruteiras e hortícolas no país, causando perdas directas que chegam a atingirem 100 por cento.

Detectada no país pela pri-

meira vez em 2007, o impacto económico desta praga foi severo no sector privado, que provocou a perda de mercados de exportação de banana, manga e outras culturas.

O treinamento sobre a mosca da fruta na agricultura contará com a participação de técnicos de sanidade vegetal dos países da SADC, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. (RM)



Já percebeu o que é o Coronavírus? **Alguns conselhos para se proteger**



O novo tipo de pneumonia já causou nove mortos na China e o número de infectados é superior a 400. Nos Estados Unidos foi agora descoberto o primeiro caso.

O novo tipo de coronavírus, uma espécie de vírus que causa infecções respiratórias em seres humanos e animais, foi detectado inicialmente no mês passado, em Wuhan, cidade do centro da China. Desde então já foram registados nove mortos e mais de 400 infetados.

Ontem foi divulgado o primeiro caso nos Estados Unidos, para lá de terem sido confirmados casos entre viajantes chineses na Coreia do Sul, Ja-

pão, Tailândia e Taiwan, todos também oriundos de Wuhan.

O surto surge numa altura em que milhões de chineses viajam, por ocasião do Ano Novo Lunar, a principal festa das famílias chinesas, equivalente ao Natal nos países ocidentais. Segundo o Ministério dos Transportes chinês, o país deve registar um total de três mil milhões de viagens internas durante os próximos 40 dias.

Um especialista em doenças infecciosas do Hospital Universitário de North Shore, em Long Island, nos Estados Unidos, deu conta de que a primeira coisa que um paciente tem de fazer é não entrar em pânico. “A melhor coisa que as pessoas podem fazer para

se proteger é lavarem as mãos frequentemente”, explica David Hirschwerk ao New York Post, acrescentando ainda que se “devem afastar de pessoas com doenças respiratórias”.

O médico aconselhou ainda: quem “está a viajar para ou para perto de Wuhan deve evitar [contacto com] todo o tipo de animais”.

Há várias formas de Coronavírus, explica ainda: Pode causar uma constipação dita normal ou doenças mais graves como a Síndrome Respiratória Aguda Severa (SARS) - que

em 2003, matou mais de 800 pessoas quando se expandiu para fora da China, causando alarme na saúde internacional.

Esta nova versão denominada 2019-nCoV é também chamada ‘Wuhan Coronavírus’, por ter começado num mercado de venda de gado nessa cidade. O vírus terá passado de animal para animal e depois de animal para humano.

De momento não há tratamento conhecido para esta nova estirpe do coronavírus, nem tão pouco vacina preventiva.



Cidade do Maputo

Provincial arranca a 8 de Fevereiro



Tudo já está preparado para o arranque da época desportiva a nível da província de Maputo, no dia 8 de Fevereiro próximo, com um total de quinze clubes. A prova será disputada em duas

fases. O sorteio ditou o primeiro embate do grupo A entre Águias especiais - Ferroviário, Liga Desportiva Muçulmano - Vulcano, Mahafi 1 - Racing e Desportivo - Académica. Já no

grupo B, terá os seguintes jogos; Matchedje - Black Bulls, Maxaquene - Nacional e Estrela Vermelha - 1º de Maio. O campeão o Costa do Sol fica de fora devido ao número impar das

equipas. Nesta competição as equipas vão competir no sistema clássico de todos contra todos pontuando e em uma única volta. A segunda fase será apuradas as quatro melhor equipas de cada

grupo jogando em sistema cruzado até ao apuramento do vencedor. Dizer que a Associação de Futebol da Cidade do Maputo ainda está a namorar os parceiros para a obtenção dos prémios.

Desporto recreativo

Veteranos de Maputo mudam figurino

O campeonato de veteranos da cidade do Maputo, que vai iniciar em Março, terá um novo modelo de competição, passando de uma para duas séries.

Segundo soubemos do Gabinete de Imprensa, este ano o campeonato será disputado em duas séries A e B, composto de 14 equipas cada, dividido em duas partes, ou seja, a primeira parte será disputada no sistema de todos contra todos onde depois vai-se

apurar as primeiras quatro equipas de cada série.

As oito equipas vão disputar entre si no sistema de todos contra todos em duas voltas, para se apurar o primeiro e o segundo classificados.

A segunda parte será disputada pelas restantes equipas que não conseguiram estar nos primeiros quatro lugares, para se apurar o terceiro e quarto classificados e para o posicionamento na tabela classificativa.

Aliás, segundo as nossas fontes, “este modelo vai diminuir as despesas de deslocação das equipas, dinamizar e flexibilizar o próprio campeonato”, frisaram. Sem entrarem em detalhes, as nossas fontes disseram que não se mexeu nos valores da inscrição nem das premiações que são entregues ao primeiro e segundo classificados.

Salientar que este modelo foi proposto pelos próprios filiados. **José Matlhombe**

Mau início para época no Hulene



Depois de, no dia 15 passado, ter falecido o presidente da Nova Luz, eis que, na última segunda-feira, dia 27, desaparece fisicamente o sócio número um daquele clube e dirigente desportivo a nível do bairro de Hulene, o senhor Garaneje Abílio Quib.

Em vida, velho Quib, como era tratado, foi grande impulsionador do desporto naquele bairro onde, por várias vezes, juntamente com outros dirigentes, fez parte do elen-

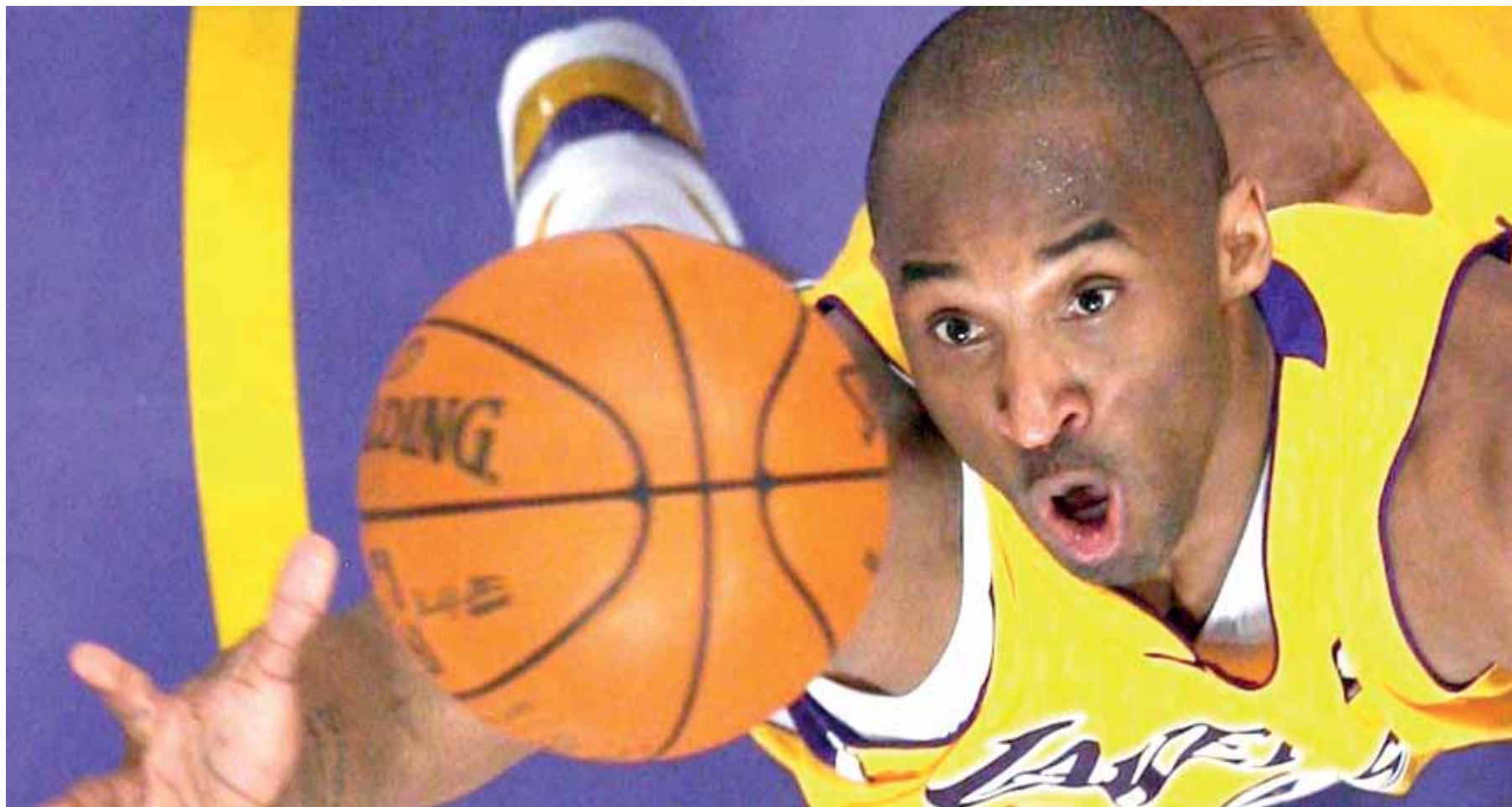
co de dirigentes convidados para a premiação das equipas, no final da época desportiva.

Garanejo era sócio número um da Nova Luz e morre aos 80 anos vítima de doença. O funeral realizou-se ontem dia 29 no cemitério de Lhangue.

Assim, a Nova Luz e o desporto no bairro de Hulene perdem mais um quadro na esfera desportiva.

À família enlutada, vão as nossas mais sentidas condolências.

A família que Kobe Bryant deixa órfã



O mundo do basquete foi sacudido, no último domingo, pela morte trágica de Kobe Bryant, ex-jogador dos Los Angeles Lakers, de 41 anos, num acidente de helicóptero. No aparelho também estavam sua filha Gianna, de 13 anos, e outras sete pessoas. Entre elas Alyssa Altobelli, colega da equipa de basquete da filha de Bryant, e seus pais, John Altobelli, 56, técnico principal da equipa de beisebol Orange Coast College, e sua esposa, Keri Altobelli, que deixaram órfãos outros dois filhos, Alexis e JJ Altobelli. O acidente também tirou a vida de Christina Mauser, treinadora de basquete feminino do Harbor Day School e esposa de Matt Mauser, cantor de uma banda chamada Tijuana Dogs.

Todos se dirigiam da região de Los Angeles em que moravam para um jogo de basquete que as meninas disputariam contra uma equipa de Fresno. Um voo de cerca de 120 quilómetros que eles decidiram tomar, apesar da neblina, para evitar o trânsito da cidade. A causa exacta do acidente e a identidade dos outros dois ocupantes do helicóptero serão reveladas com o passar do tempo. Nada disso evitará a tragédia que se abateu sobre as famílias.

O astro dos Lakers era casado com Vanessa Bryant, nascida na Califórnia e de origem latina, já que é filha de uma mexicana e fala espanhol normalmente. Um facto que determinou que seu marido aprendesse o idioma e o falasse com desenvoltura. O casal se conheceu durante a gravação de um clipe em 1999, quando Vanessa tinha 17 anos. Kobe, de 20, já

jogava nos Lakers.

Os jornais contam que a atracção entre ambos foi imediata. Anunciaram o noivado quando Vanessa (na época bailarina) fez 18 anos, embora os pais do jogador tenham se oposto no início porque ela não era afro-americana. Kobe e Vanessa se manifestaram sobre isso publicamente. E viraram a página após a cerimónia, quando o pai do atleta, Joe Jellybean Bryant, proclamou: “É a vida dele.” O ex-jogador Michael Jordan tampouco gostou da decisão de Kobe, mas por outro motivo: segundo Jordan, Kobe era jovem demais para subir no altar.

O casal disse “sim” em 2001 na capela de Saint Edwards de Dana Point, (Califórnia), e enfrentou seu momento mais crítico dois anos depois, quando Kobe Bryant foi acusado de estupro de uma jovem de 19 anos que trabalhava num hotel do Colorado. O caso foi arquivado um ano depois, mas o atleta

reconheceu que havia mantido relações consentidas com a funcionária do hotel. Para agradecer o perdão de sua esposa, ele lhe deu de presente um anel de brilhantes avaliado em quatro milhões de dólares e disse que ela era “seu anjo”. Houve outros rumores de infidelidade, e a segunda crise do casal chegou em 2011, quando Vanessa iniciou um processo de divórcio que não se concretizou.

Essas turbulências sentimentais pareciam ter encontrado uma trégua nos últimos anos. Desde que se aposentou do basquete, em 2016, Bryant dedicava-se à família. Ele e Vanessa tinham quatro filhas: Gianna, que estava no helicóptero com o pai no momento do acidente, Natália, Bianca e Capri Kobe, que nasceu há apenas sete meses e era chamada de Coco. Justo antes do nascimento da caçula, Kobe Bryant declarou seu amor à esposa no Instagram, por ocasião do aniversário de casamento, com uma foto do casal na juventude acompanhada pelos dizeres: “Há 20 anos, conheci minha melhor amiga, minha rainha Vanessa. Decidi levá-la à Disneylândia esta noite para jantar ao estilo da velha escola. Te amo mamacita para sempre”, escreveu o ex-jogador ao lado da imagem de quando eram namorados. Naquele dia Kobe e Vanessa recordaram o encon-

tro e viajaram a Paris, deixando suas quatro filhas em casa.

Agora essa família foi separada para sempre. Vanessa, Natália, Bianca e Coco terão que superar a perda do marido e pai, e da filha e irmã. Gianna, a segunda filha mais velha do casal, tinha herdado a paixão do pai pelo basquete. A família a chamava de Mambacita em alusão ao apelido do pai no desporto: Black Mamba. O jogador havia sido visto recentemente com Gianna numa partida dos Lakers. Lá ele afirmou que tinha curtido muito o programa porque era “a primeira vez que via um jogo através dos olhos” da filha.

Quando lhe perguntavam se achava que Gianna chegaria a jogar na NBA como ele, Bryant não titubeava e sorria: “Claro. Sempre me perguntam se gostaria de ter tido um filho para seguir meus passos, e digo que não faz falta. Tenho a Gianna.” E acrescentava: “Algumas [meninas] querem jogar na NBA, outras não. O que tentamos é dar a elas uma base para que compreendam a quantidade de trabalho e preparação que precisam para chegar à excelência”, como disse a Jimmy Kimmel numa entrevista em 2018. Segundo o apresentador, o que mais o impressionou de Bryant naquele encontro foi ver como estava envolvido na educação e na criação de suas quatro filhas.

Em 2018, a estrela de basquete chegou a ganhar o Óscar de melhor curta de animação com Dear Basketball, qualificado pela crítica como um conto que os adultos deveriam ler às crianças antes de lhes desejarem bons sonhos.

Michael Jordan também se referiu a essa faceta familiar de Bryant nas declarações que fez após sua morte. “Era como um irmão mais novo para mim. Conversávamos com frequência, e sentirei muita falta dessas conversas. Era um competidor feroz, um dos grandes nomes do desporto e uma força criativa. Kobe era também um pai incrível, que amava profundamente sua família e se orgulhava do amor da filha pelo basquete.”

A morte de Kobe Bryant surpreendeu no domingo também os jogadores da Mamba Cup, uma série de torneios criada por ele para que os jovens tivessem um campeonato de basquete de alto nível adequado à sua idade. Quando souberam da morte de Bryant, os técnicos e os meninos que participavam da competição interromperam os jogos para prestar uma homenagem ao seu fundador. O mesmo foi feito por milhares de fãs, colegas de profissão e atletas em geral, que não hesitaram em expressar suas condolências nas redes sociais.

Diz ex-moradora do Projecto Areia Branca

“Isabel dos Santos não quereria ter filhos aqui”



Poderia, mas não é. Em vez dessa paisagem quase idílica, são visíveis montanhas de lixo, o cheiro da putrefação, os casebres de chapa e as omnipresentes moscas a apoquentar os antigos moradores da Areia Branca, que ali se instalaram depois de expulsos daquela ilha para um projeto urbanístico que não chegou a acontecer.

Talita Miguel chama-lhe o “massacre do dia 1 de Junho de 2013” e compara-o ao 27 de Maio de 1977, quando um alegado golpe de uma facção dissidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, o partido que governa Angola há quatro décadas, resultou na morte de milhares de pessoas.

“Nós poderíamos decretar o dia 1 de Junho de 2013 como o dia do massacre das crianças da Areia Branca”, afirma a representante dos moradores.

Nessa madrugada, o seu bairro, situado no tal pedaço de terra conhecido como Ilha dos Pescadores, foi invadido pela polícia e pelo exército.

Sem aviso prévio, sem diálogo com a população, a comunidade que ali existia há 50 anos viu as suas casas reduzidas a nada depois de arrasadas pelos buldózers.

“Houve agressões físicas, houve morte, houve espancamentos, as crianças assistiram aos pais a serem espancados”, conta Talita.

A incursão foi o culminar de vários dias de cerco, durante os quais os moradores ficaram privados de alimentos e de água.

Para Talita, a culpada das condições em que habitam atualmente a maioria das 3000 pessoas desalojadas tem um nome: Isabel dos Santos.

Segundo a moradora, a empresária angolana, filha do ex-presidente José Eduardo dos Santos, sonhava pôr em prática um plano urbanístico para aquela zona, avaliado em cerca de 600 milhões de euros, e que foi concedido à sua empresa, a Urbinveste.

A história foi apenas mais uma das que surgiram através da investigação Luanda Leaks, do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ), que integra o Expresso e a SIC.

“O espaço pertencia a Isabel dos Santos”, assegura Talita Miguel, rejeitando os desmentidos da empresária que negou no Twitter que o projecto da Marginal da Corimba, implicasse a retirada de pessoas.

“É uma estrada em cima de um aterro no mar, nunca desalojámos ninguém. Este projecto não foi pago nem foi construído”, negou a filha de José Eduardo dos Santos, arguida desde quarta-feira num processo relacionado com alegada má gestão e desvio de fundos na Sonangol, depois

de o caso ter vindo a público.

“Ela, sendo humana, mãe, acredito que não gostaria de ver os seus filhos nestas condições”, comentou Talita, acrescentando: “Houve mortes e continua a haver mortes porque o sítio onde nós estamos não é um sítio condigno, é um sítio onde não há ar puro, respiramos as impurezas que vem dos resíduos, das fossas”, denúncia.

Passaram mais de seis

valas de águas residuais que favorecem o aparecimento de doenças como a febre tifóide, a malária ou a cólera.

“Como é que vamos viver com as crianças com lixo aqui ao lado? A situação é muito crítica aqui”, disse o morador no bairro de barracas.

Pedro Alexandrino, recorda-se bem do cerco: “Nada podia entrar, nem água nem alimentação, nin-



anos, as promessas de realojamento foram muitas, mas ficaram por isso mesmo.

Apenas algumas das 500 famílias conseguiram fugir do destino que é hoje a realidade de Pedro Alexandrino.

“Viver aqui é difícil”, desabafa. Sem saneamento básico ou abastecimento de água ou electricidades, as pessoas aglomeram-se entre duas

guém podia entrar nem sair”.

Após tumultos e confrontos de vários dias, finalmente as autoridades abriram as barreiras. Depois vieram as máquinas que “partiram as coisas”, os “camiões a carregar pessoas” que eram depois abandonadas na estrada, sem pertences nem respostas.

A comunidade dispersou-se, mas grande parte acabou por se concentrar bem perto do

local onde estavam, junto da nova Marginal, num dos pontos emblemáticos da cidade, o memorial erigido em homenagem ao primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto.

O sítio a que os habitantes chamaram “Povoado” já foi visitado por deputados e ministros, mas os problemas continuam por resolver.

Enquanto espera por soluções, Pedro Alexandrino mostra o amontoado feito de chapas e restos de demolições onde vive, juntamente com outras famílias. Uma “casa” idêntica às outras naquele bairro de becos estreitos e labirínticos.

“Este espaço até é maior, comparado com outros de 4 metros quadrados onde vivem sete famílias”, comenta.

“Porque é que nos apertámos assim? Porque o espaço é pouco. Se fôssemos desdobrar-nos ocupávamos mais hectares porque somos muitos. Construímos próximo para dar para todos”, diz.

Quanto à ilha, ficou deserta e assim continua.

“Até ao momento não tem nenhum projecto levantado, vemos sempre a ilha descoberta. Há simplesmente dois estaleiros e não sabemos o que vão fazer lá, só sabemos que o espaço já foi confiscado pelo governo, porque havia um viaduto que ia passar daqui até ao Cuanza Sul, mas só em 2019 é que ouvimos isso”, explicou Talita Miguel.

“Antes, tínhamos ouvido que seria edifícios e que aquela área estava privatizada”, desabafa, sentida, Talita Miguel.

Em Maio de 2019, o Presidente angolano, João Lourenço, que sucedeu ao pai de Isabel dos Santos em 2017, anulou o contrato global de implementação do projecto da marginal da Corimba, no valor de 1.300 milhões de dólares (cerca de 1.160 milhões de euros), alegando que se verificaram “sobrefaturações nos valores dos referidos contratos, com serviços onerosos para o Estado”, que impõem “contraprestações manifestamente desproporcionadas em violação dos princípios da moralidade, da justiça, da transparência, da economia e do respeito ao património público, subjacentes à contratação pública”.

A directora-geral da empresa Urbinveste chegou a ser a própria Isabel dos Santos.

Para “derrotar” plano de Trump

Palestina e líder do Hamas apelam à unidade

O presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, manteve uma rara conversa telefônica com Ismail Haniyeh, líder do movimento islamita Hamas que governa o enclave de Gaza, para “confrontar” o plano de paz anunciado pelo Presidente dos EUA.

Abbas comunicou com Haniyeh pouco antes da apresentação da proposta, e considerou que “a unidade é a pedra angular para confrontar e derrotar o acordo que aponta para a eliminação dos direitos legítimos” dos palestinos. Na mesma linha, Haniyeh apelou à “unidade” como fator “essencial para esta etapa” e assegurou que o movimento islamita está pronto para uma colaboração política, numa re-



Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina

ferência à divisão interna que mantém com a Fatah, o partido nacionalista e secular de Abas

que governa na Cisjordânia. Os líderes de todas as facções palestinas, incluindo o Hamas,

reuniram-se em Ramallah, sede do governo palestino, para definir uma resposta comum,

quando o plano de paz estava a ser apresentado, em Washington. O Presidente dos EUA, Donald Trump, apresentou ontem a sua “visão” para um plano de paz no Médio Oriente, falando de “solução realista de dois estados” e anunciando Jerusalém como “a capital indivisível de Israel”. Numa cerimónia na Casa Branca, ao lado do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, Trump apresentou o plano de paz para o Médio Oriente, explicando que a aceitação do nascimento de um estado palestino deve ficar condicionado a “uma clara rejeição do terrorismo”. O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, congratulou-se com o plano de paz norte-americano que, disse, reconhece a soberania de Israel sobre o Vale do Jordão e partes da Judeia e Samaria (*Cisjordânia*).

Contas externas do Brasil registam pior desempenho

As contas externas do Brasil registaram um déficit de 50,7 mil milhões de dólares (46 mil milhões de euros) em 2019, o pior resultado obtido pelo país nos últimos quatro anos, segundo informações divulgadas hoje pelo Banco Central.

O órgão de controlo monetário disse que o resultado foi provocado pelo saldo da balança comercial, que em 2019 ficou 13,6 mil milhões de dólares (12,3 mil milhões de euros) abaixo do que o montante registado no ano anterior.

Assim, o excedente comercial do Brasil reduziu de 53 mil milhões de dólares (48,1 mil milhões de euros) em 2018, para 39,4 mil milhões de dólares (35,7 mil milhões de euros) em 2019, repercutindo retrações de 6,3% nas exportações e de 0,8% nas importações.

Para este ano, a expectativa do Governo brasileiro é de uma nova quebra

nas contas externas, que devem fechar com déficit de 57,7 mil milhões de dólares (52,4 mil milhões de euros).

O cálculo das contas externas considera as transações correntes com dados de exportação e importação comercial de serviços e bens, remessas de dinheiro, serviços adquiridos por brasileiros no exterior, remessas de juros, lucros e dividendos realizadas do país para outros países.

O Banco Central informou

também que no ano passado os investimentos diretos de estrangeiros no Brasil somaram 78,6 mil milhões de dólares (71,3 mil milhões de euros), correspondendo a 4,27% do Produto Interno Bruto (PIB).

O dado indica estabilidade na comparação com 2018, quando os investimentos dos estrangeiros no país somaram 78,2 mil milhões de dólares (70,9 mil milhões de euros).

O ‘stock’ de reservas internacionais do Brasil atin-

giu 356,9 mil milhões de dólares (324 mil milhões de euros) em dezembro passado.

Em 2019 houve redução de 17,8 mil milhões de dólares (16,1 mil milhões de euros) no ‘stock’ de reservas internacionais do país.

O órgão de controlo monetário disse que o resultado foi provocado pelo saldo da balança comercial, que em 2019 ficou 13,6 mil milhões de dólares (12,3 mil milhões de euros) abaixo do que o montante registado no ano anterior.

Assim, o excedente comercial do Brasil reduziu de 53 mil milhões de dólares (48,1 mil milhões de euros) em 2018, para 39,4 mil milhões de dólares (35,7 mil milhões de euros) em 2019, repercutindo retrações de 6,3% nas exportações e de 0,8% nas importações.

Para este ano, a expectativa do Governo brasileiro é de uma nova quebra nas contas externas, que devem fechar com déficit de 57,7 mil milhões de dólares (52,4 mil milhões de euros).

O cálculo das contas ex-

ternas considera as transações correntes com dados de exportação e importação comercial de serviços e bens, remessas de dinheiro, serviços adquiridos por brasileiros no exterior, remessas de juros, lucros e dividendos realizadas do país para outros países.

O Banco Central informou também que no ano passado os investimentos diretos de estrangeiros no Brasil somaram 78,6 mil milhões de dólares (71,3 mil milhões de euros), correspondendo a 4,27% do Produto Interno Bruto (PIB).

O dado indica estabilidade na comparação com 2018, quando os investimentos dos estrangeiros no país somaram 78,2 mil milhões de dólares (70,9 mil milhões de euros).

O ‘stock’ de reservas internacionais do Brasil atingiu 356,9 mil milhões de dólares (324 mil milhões de euros) em dezembro passado.

Em 2019 houve redução de 17,8 mil milhões de dólares (16,1 mil milhões de euros) no ‘stock’ de reservas internacionais do país.



Segundo Júlio Parruque

Província de Maputo não pode ser de faz de conta

DÁVIO DAVID

O novo governador da província de Maputo, Júlio Parruque, defendeu que na sua governação pretende reabrir as fábricas que fecharam e tendem a ser transformadas em armazéns. Segundo Parruque, a província de Maputo não pode ser uma província de faz de conta por possuir o maior parque industrial do país.

Durante a sua apresentação pública, neste fim-de-semana, o novo governador Júlio Parruque declarou ainda guerra contra a corrupção, segundo ele, a corrupção, seja de que natureza, for é um crime a combater. “Para nós, a prática da corrupção é um crime violento contra a nossa capacidade de satisfazer as necessidades da nossa população. Nesta guerra contra a corrupção não haverá contemplações”.

E neste desiderato, Parruque frisou que o seu governo pretende trabalhar com todas as forças vivas da sociedade, inclusive os partidos da oposição.

“Estimada população da província de Maputo, nesta marcha pretendemos que a nossa aposta na inclusão contribua para o desenvolvimento

harmonioso e célere da província. Ninguém será excluído, ninguém se deve excluir, pois unidos faremos a província de Maputo desenvolver. O sucesso do nosso trabalho reside igualmente na articulação saudável, célere e efectiva com os órgãos de representação do Estado na província, os órgãos autárquicos e enorme relação de respeito e complementaridade que concorre para materializar o interesse local e nacional”, disse Júlio Parruque.

Por outro lado, o mesmo governante prometeu reabrir as várias fábricas na província de Maputo que foram transformadas em armazéns. Para Parruque, a província de Maputo não pode ser uma província de faz de conta por ostentar o nome de província com maior parque industrial do país.

Segundo recordou Parru-



que, tem na província de Maputo uma fábrica de produção de alumínio em Boane e uma outra de produção de material eléctrico, daí que seja necessário reabrir as referidas fábricas para maximizar, sobretudo, o sector da agricultura.

“Diomba é meu mestre”

“Iremos ainda contar com o trabalho abnegado dos ser-

vidores públicos que merecerão a devida atenção para que tenhamos cada vez melhor desempenho nas áreas da saúde, educação, extensão agrícola, entre outras de competências do executivo provincial.

Queremos agradecer ao governador Raimundo Diomba, governador cessante da província de Maputo pelo trabalho realizado em prol da população

desta província no quinquénio 2015-2019, manifestando a nossa disposição para continuar a receber de si mais ensinamentos (...). Para mim, o governador Diomba é e foi um mestre, eu aprendi a saber fazer com ele”, enfatizou Parruque.

Por seu turno, a ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, mandatária do Presidente da República para orientar a referida cerimónia, Verónica Macamo exigiu ao novo governador da província de Maputo, Júlio Parruque a adoptar por uma postura de sentido de Estado.

Na ocasião, Verónica Macamo disse que o novo figurino de descentralização vai obrigar a todos os órgãos “a atenção da conduta e sentido de Estado, devendo se praticar a tolerância, aprimorar os mecanismos de coordenação e articulação permanentemente”.

“O governador da província na sua actuação deve respeitar o Estado unitário, a unidade nacional, a soberania, a indivisibilidade e inalienabilidade do Estado, bem como os limites e atribuições da governação descentralizada. A lei é que limita as funções e atribuições de cada órgão”, fez notar Macamo.

Talapa partilha ideias com sindicalistas

Joaquim Siúta, porta-voz do encontro, explicou que o objectivo principal das reuniões foi a apresentação da nova governante junto aos parceiros sociais do MITESS e uma manifestação de abertura para a implementação conjunta de políticas de adopção de propostas, a serem aprovadas pela Comissão Consultiva de Trabalho (CCT).

“O nosso sentimento é de que foi um encontro oportuno e produtivo, na medida em que foram colocadas as primeiras bases para os trabalhos que irão seguir. Agora, teremos o processo de discussão sobre o salário mínimo. Então são estes parceiros que vão trabalhar com o MITESS para que tudo corra bem”, explicou Joaquim Siúta.

Joaquim Siúta disse, num outro desenvolvimento, que o país deu continuidade ao processo de reforma das principais leis nacionais de trabalho, observando os ditames das normas internacionais da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

“A ministra Margarida Talapa tomou nota das preocupações apresentadas. Já existe uma equipa formada para trabalhar com os parceiros sociais, para a identificação de possíveis questões que mereçam ainda melhoramento, aprofundamento e debate para que, efectivamente, ainda este ano a lei de trabalho seja revista e aprovada pela Assembleia da República”, segundo referiu o nosso interlocutor.

Importa referir que, do con-

junto das preocupações apresentadas à governante, durante os encontros, constam ainda a tensão militar na zona centro e

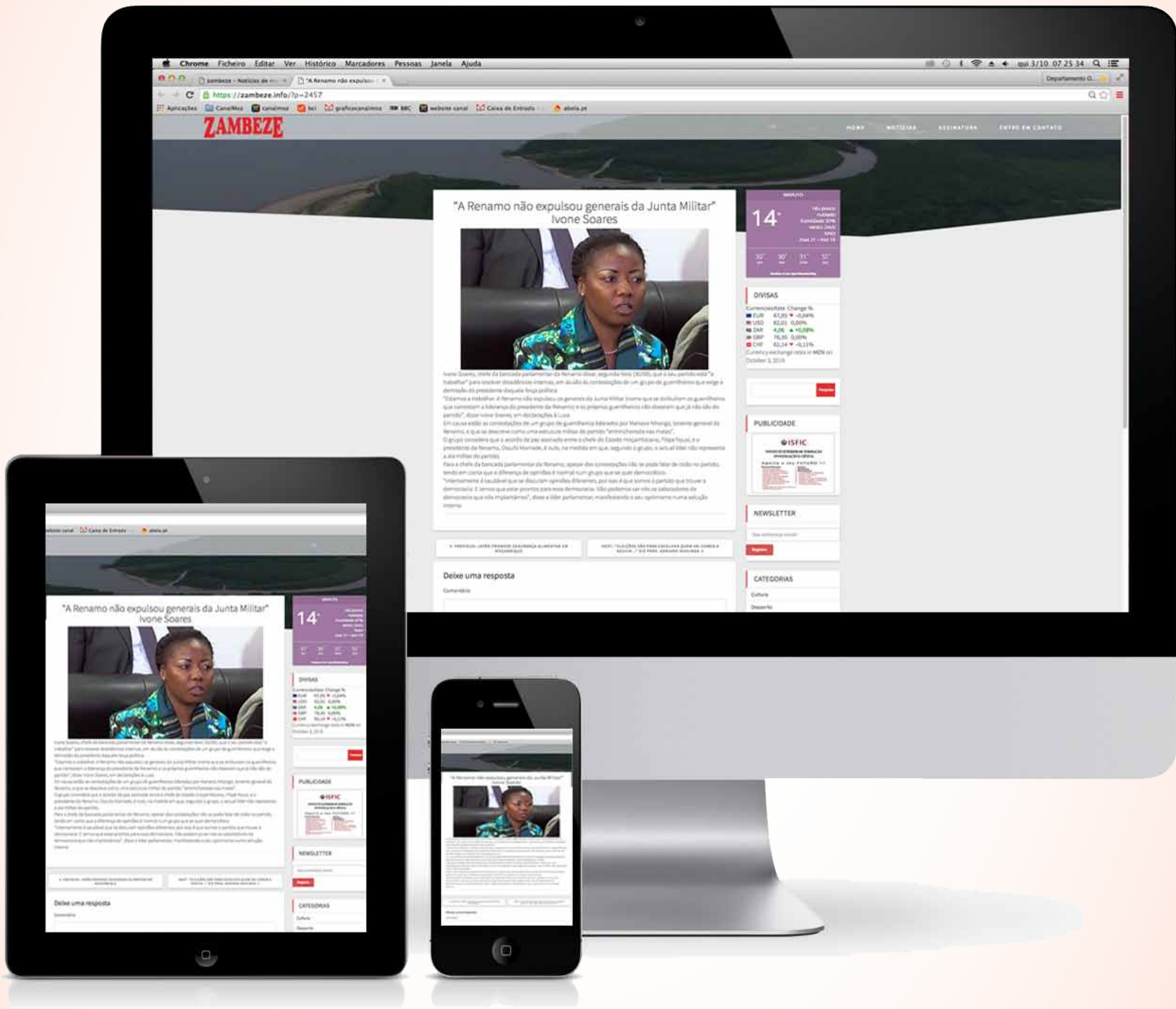
norte do país, a actual situação económica e sócio-laboral, a legislação laboral, o diálogo social e as negociações que ocor-

rem, no primeiro trimestre de cada ano e que culminam com o reajustamento do salário mínimo, por sectores de actividade.



Zambeze.info

disponível



Caro leitor, o leito do **Zambeze** está cada vez mais navegável. Acompanhe, diariamente, as últimas notícias *on line* no seguinte endereço: www.zambeze.info

Cabo Delgado

Consórcio de exploração de gás cria centros de desenvolvimento empresarial

O consórcio Moçambique Rovuma Venture de exploração de gás natural vai criar três centros de desenvolvimento empresarial para capacitar firmas moçambicanas, por forma a incluí-las nas suas listas de fornecedores. “Os centros serão plataformas para desenvolver empresas moçambicanas qualificadas e competitivas que possam apoiar uma variedade de setores em crescimento no país, como o setor extrativo”, anunciam as petrolíferas parceiras da Área 4 da bacia do Rovuma, ao largo de Cabo Delgado. Os centros vão ser instalados em Maputo, Pemba e Palma

em colaboração com o Governo de Moçambique e o setor privado num investimento que ronda os 2,7 milhões de euros. O espaço na capital deverá ser inaugurado no primeiro semestre e os restantes após a decisão final de investimento do consórcio. “Estamos comprometidos em priorizar a procura de bens e serviços locais para o projeto Rovuma LNG”, disse JosEvens, diretor-geral da ExxonMobil Moçambique, citado no comunicado. Segundo explica, cada centro irá “avaliar as capacidades dos fornecedores locais e prepará-los para competir a nível nacional e internacional”. As empresas moçambica-

nas receberão análises individuais de desempenho e terão acesso a recomendações práticas para capacitação. A exploração de gás natural ao largo do norte do país ar-

ranca em 2022, crescendo nos anos seguintes, prevendo-se que coloque o país no ‘top 10’ de exportadores mundiais e impulsionando a taxa de crescimento económico do país.

O investimento combinado de todos os projetos em construção na região de Cabo Delgado é a maior aposta privada em curso em África prevendo-se que ascenda a cerca de 45 mil milhões de euros.



Comercial



ISFIC

INSTITUTO SUPERIOR DE FORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CIÊNCIA

VAGAS PARACORPO DOCENTE I SEMESTRE 2020

Áreas de Candidatura

- Direito
- Turismo e Hotelaria
- Ciências da Educação
- Psicologia Social
- Ciências Exactas
- Relações Internacionais
- Contabilidade e Finanças
- Marketing e Publicidade
- Comunicação

Aptidões necessárias:

- Cinco ou mais anos de experiência na carreira docente
- Formação Psicopedagógica

Para candidatura são necessários os seguintes documentos:

- Carta de apresentação
- Cópia do certificado de habilitações ou diploma do último grau obtido
- Curriculum Vitae
- Cópia do documento de Identificação

NB: Grau mínimo aceite: **Mestrado**

Obs: Candidaturas abertas até ao dia 07/02/2020

Endereço: Avenida Emília Daússe, 1990, casa da Educação da Munhuana, Alto Maé-1100 Maputo.

Segundo a ONU

Clima e financiamento são os factores mais preocupantes para Moçambique



quadas”, respondeu Helena Afonso quando questionada sobre os maiores desafios da economia moçambicana. Em entrevista à Lusa na semana em que foram divulgadas as previsões da ONU para a economia mundial, a especialista com o pelouro de África no departamento de assuntos económicos da ONU acrescentou que, “de uma perspetiva mais estrutural, os níveis elevados de dívida continuam a ser um problema para a economia, pois a dívida pública elevada limita bastante a capacidade de implementar políticas fiscais e redistributivas no país” e mantém o Governo “consideravelmente dependente de recursos de doadores externos para responder a grandes eventos, como ciclones”. A ONU prevê que a economia de Moçambique recupere de um crescimento de 1,5% em 2019 para 5,5% este ano, o mais elevado da África Austral. “O crescimento económico deverá recuperar nestes e no próximo ano graças às atividades de reconstrução relativas

à passagem do ciclone Idai”, disse Helena Afonso, acrescentando, ainda assim, que “as condições económicas permanecerão complicadas dados os recursos limitados, as consequências que ainda se fazem sentir em termos económicos e financeiros da crise da dívida de 2016 e o défice de infraestruturas”. A reestruturação da dívida, acordada no final do ano passado com os credores, “reduziu o pagamento de juros, estendeu as maturidades e é em geral consistente com a manutenção da sustentabilidade da dívida”, reconhece a ONU. “No entanto, a consolidação fiscal gradual e o alívio adicional da dívida por parte dos credores internacionais continuam a ser factores importantes para a sustentabilidade da dívida”, diz Helena Afonso, concluindo que “ainda existe uma necessidade urgente de mobilizar recursos públicos e privados para os esforços de reconstrução e enfrentar a crise humanitária” decorrente dos ciclones.

Analista de assuntos económicos com o pelouro de África nas Nações Unidas Helena Afonso considera que os eventos climáticos e o acesso a financiamento são questões “preocupantes” para a economia de Moçambique.

“Existem vários factores preocupantes que podem afectar as condições económicas de Moçambique a curto prazo, incluindo eventos climáticos extremos (como secas e inundações) ou dificuldades das empresas em aceder a condições de financiamento ade-



Comercial



Matrículas para 2020

A Escola Comunitária Luís Cabral- ECLC, informa aos alunos, pais, encarregados de educação e ao público em geral, que ainda tem vagas para matricular novos ingressos da **7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a e 12^a classe** por apenas **600,00 meticais**.

OS ALUNOS DAS CLASSES TERMINAIS, FAZEM EXAMES NA PRÓPRIA ECLC

Podendo obter mais informações na secretaria daquela escola, sita na **sede do bairro Luís Cabral**, entrando a partir da Junta ou Maquinague ou contactar através dos telemóveis: **847700298 ou 826864465 ou ainda 871232355**.

Segundo Oliver Style



Acabou a época das lamentações

DÁVIO DAVID

O jovem músico moçambicano e novo membro da Assembleia provincial de Maputo (pelo partido Frelimo), OliverStyle, garantiu que as lamurias dos músicos daquela parcela do país tem dias contados. Segundo justificou Style, estão em curso várias acções com vista a resolver os constrangimentos que a classe actualmente atravessa.

Falando a margem da cerimónia pública de apresentação do novo governador da província de Maputo, Júlio Parruque, Oliver Style disse ao Zambeze que, antes de ser um político, é artista. Por sinal, também Presidente da Associação dos Músicos da Matola.

Para Oliver Style, o (novo) cargo de membro da Assembleia Provincial de Maputo veio para responder ao anseio do povo e também “pessoalmente atender a minha área cultural”.

“Como vem no manifesto do Presidente Filipe Nyusi, neste ciclo, temos de criar associações, organizações culturais e também construir

algumas casas de cultura, a maioria das províncias do nosso país não tem casas de cultura, e nós aqui na província de Maputo, principalmente, devemos trabalhar muito para tal”, explicou Style.

Já para este ano, o artista avançou que “vamos acolher o Festival da Cultura e os músicos da Matola estão juntos a trabalhar nesse sentido”.

“É preciso união e uma editora para combater à pirataria”

O combate à pirataria que inferniza a vida dos músicos e artistas nacionais é um problema de “barbas brancas”, segundo Oliver Style, nos anos passados trabalharam com algumas autoridades a nível da pro-

Não quero estar aqui a prometer, mas quero dizer que dentro deste ano, veremos mudança na província de Maputo em termos dos músicos. Há muitos músicos que não fazem parte da Associação dos Músicos, mas nós vamos convidar, temos um desafio agora que é montagem do estúdio de música... e toda a estrutura para podermos trabalhar com os músicos.

víncia, concretamente do Conselho Municipal da Cidade da Matola, Polícia da República de Moçambique (PRM), Procuradoria-geral da República (PGR) e Inspeção Nacional das Actividades Económicas (INAE).

“Tivemos bons resultados, porque conseguimos apreender algum material como computadores e destruimos, mas agora devia se desenhar um projecto eficaz para combater à pirataria. Apesar de, a nível da província de Maputo, não termos uma editora para produzir os discos e não são todos os músicos que produzem discos, muitos gravam e disponibilizam na internet (...) se calhar devia se criar uma editora para poder controlar essa componente de produção de discos a nível nacional”.

Questionado sobre se há união dos músicos a nível da província de Maputo, mais concretamente entre os da Matola para combater à pirataria, num contexto que se assiste acções “individualistas”, como é o caso do Mahel que vende os seus discos de

mão em mão, Style disse ao Zambeze que “essa pergunta é muito boa, porque queremos eliminar isso, não quero estar aqui a prometer, mas quero dizer que dentro deste ano, veremos mudança na província de Maputo em termos dos músicos. Há muitos músicos que não fazem parte da Associação dos Músicos, mas nós vamos convidar, temos um desafio agora que é montagem do estúdio de música, de ensaios e de filmagens, teremos toda a estrutura para podermos trabalhar com os músicos, todos os músicos da província de Maputo serão obrigados a trabalhar na promoção da união, vamos trabalhar também na própria imagem dos músicos”.

Por fim, Oliver Stly disse que “o Mahel é um dos primeiros músicos que tenho que trazer para Associação, já falamos em off, mas agora não posso lhe atacar, porque tenho coisas por resolver antes, falo também da mamã Elvira Viegas é uma das pessoas que também vai trabalhar connosco na Associação”.

FFLC serve teatro para todas idades

A Fundação Fernando Leite Couto (FFLC) vai estrear as peças do Grupo Teatral Makwakwas - Dois Perdidos Numa Noite Escura (dia 30), da dupla Malua e José - Nua e Crua e a peça de Teatro Para os Mais Pequenos - Grupo Makwerhu - Karinganas no dia 22 de Fevereiro próximo. Depois da sessão de cinema com o Documentário - The Devil and Daniel Johnston e de conversa com o escritor moçambicano Lucílio Manjate sobre o livro Rabhia, a FFLC apresenta hoje, dia 30, a peça “Dois Perdidos Numa Noite Escura” da autoria do grupo teatral Makwakwas. De acordo com um comunicado chegado a nossa redacção, a FFLC alega que o “Teatro é uma marca da nossa programação é por isso, apresentaremos a peça do

Grupo Teatral Makwakwas Dois Perdidos Numa Noite Escura no dia 30, a peça da dupla Malua e José - Nua e Crua e a peça de Teatro Para os Mais Pequenos - Grupo Makwerhu - Karinganas no dia 22 de Fevereiro às 10:30”. Segundo o mesmo comunicado, a FFLC informa que iniciam o ano cultural apostando de forma consistente no desenvolvimento da escrita com “Vozes e Escritas - Oficina de Escrita para Mulheres” com a jornalista e actriz Maitê Freitas que vem do Brasil. Essa oficina, de acordo com a fonte será seguida por um Sarau de apresentação que vai contar com os participantes e convidados especiais. “As inscrições podem ser feitas através do endereço

programacao@fflc.org.mz e são exclusivas para mulheres”. Adiante, está também previsto na mesma casa a inauguração da exposição “A Melodia da Cor” de Dimand que vai ficar em cartaz de 5 a 29 de Fevereiro. “Em música, teremos grandes nomes como Açúcar Castanho Experiment para a sessão de Música com Açúcar Castanho (Samito Tembe) no dia 6 de Novembro. Tere-mos um especial de Dia dos namorados regada de Neo-soul com GuTo D’Harculete Música – Kongoloti Sessions com Guto D’Harculete no dia 14. Também teremos Marrabenta da Velha Guarda - Djaha La Guachene no dia 20 do próximo mês”, lê-se no comunicado.

AGENDA CULTURAL

FEVEREIRO 2020

JANEIRO

FUNDAÇÃO FERNANDO LEITE COUTO

23

A MELODIA DA COR DIMAND

5-24 FEVEREIRO

21

THE DEVIL AND DANIEL JOHNSTON

Documentário

Sob os olhos do director Jeff Johnston

Duração: 1h50

18H00

28

CONVERSA COM LUCÍLIO MANJATE

Literatura

A propósito da leitura do livro "Rabhia"

Duração: 1h00

18H00

30

DOIS PERDIDOS NUMA NOITE SUJA

Teatro

Grupo Teatral Makwakwas. Texto de Paulo Marcos, encenação de Os Anónimos, interpretação de João Macúcia e Manuel Macúcia

Duração: 40Min

18H00

5

A MELODIA DA COR DIMAND

Galeria

Exposição de Pintura

Duração: 1h00

18H00

5-6

MAITÉ FREITAS

Oficina de Escrita

Inscrições devem ser feitas por email para: programacao@fflc.org.mz até 1 de Fevereiro

Duração: 1h00

18H00

6

ACUCAR CASTANHO

Música

Samito Tembe traz a sua versatilidade rítmica com instrumentos tradicionais

Duração: 40Min

18H00

7

VOZES ESCRITAS

Sarau Literário

Improvisos e leituras de textos resultantes da oficina de dois dias com a jornalista e actriz brasileira Maitê Freitas

Duração: 1h00

18H00

14

KONGOLOTI SESSIONS GUTO D'HARCULETE

Música

Show de Neo-soul, Funky, Soulful HipHop e Afropop em celebração do amor em todas as formas

Duração: 1h00

18H00

18

NUA E CRUA

Teatro

Peça Dirigida, criada e interpretada por: Maria Severa e José Jaime

Duração: 40Min

18H00

20

MARRABENTA VELHA GUARDA DJAHA LA GUACHENE

Música

Directamente da Xai-xai para um show da mais pura Marrabenta

Duração: 1h00

18H00

22

PARA OS MAIS PEQUENOS KARINGANAS

Teatro

Companhia de Artes Makwerhu. Interpretação: Jeff Maria, Danilo Muires, Ciro Lampa, Jhon Thomas e Dina Inonane. Direcção: Estreante Lampa

Duração: 1h00

10H30

25

FERRAMENTAS PARA DESMONTAR O LIVRO A NOITE - JAPONE ARIJUANE

Lançamento

Segunda Obra de uma das novas vozes da poesia moçambicana

Duração: 1h00

18H00

programacao@fflc.org.mz

f: fundacaofernandoleitecouto

f: fundacaofernandoleitecouto

www.fernandoleitecouto.org

Av. 4000 II Duna 1180, Maputo-Moçambique

+258 21 486 957

MANICA

UNICO

impar

Morreu o actor e encenador Terry Jones, um dos MontyPython



O actor, encenador e realizador britânico Terry Jones, que cofundou o coletivo de humor MontyPython, morreu na terça-feira em Londres aos 77 anos. Terry Jones sofria de demência desde 2015, uma doença com a qual lidou “de forma extremamente corajosa e sempre com sentido de humor”, refere a família num comunicado citado pela BBC. “O trabalho dele com os MontyPython, os livros, filmes, programas de televisão, poemas e outros trabalhos viverão para sempre”, lê-se no mesmo comunicado. Com uma carreira de 60 anos, Terry Jones cofundou em 1969 os MontyPython, um dos mais bem-sucedidos coletivos de comédia do mundo, do qual faziam parte também Eric Idle, Graham Chapman, John Cleese, Michael Palin e TerryGilliam. Terry Jones esteve em Portugal em 2011, a convite do Festival Internacional de Cinema do Funchal, e em 2008 apresentou em Lisboa o musical “EvilMachines”, no qual assinou o libreto e a encenação, com música original do compositor português Luís Tinoco. Visão apud Lusa



Um escândalo eu ir à tomada de posse. Iria legalizar este governo!



E vai receber as regalias de 2.º votado?

Isso é o que a lei manda!!!



CURTE AS CURTAS

Última hora

Em Tete, uma mulher mata o marido a dentadas!
Em Quelimane, mulher sobe no pé de alface e ameaça suicidar-se!
Em Lichinga, bomba explode no cemitério sem deixar sobreviventes!
Em Sofala, gatunos arrastam um careca pelos cabelos!
No Chimoio, pega fogo um tanque de água e os bombeiros tentam apagar com gasolina.
Em Maputo, no bairro das Mahotas, um tonto perde tempo lendo esta notícia.

ATRAIR

A fim de atrair mais alguns fiéis para a sua paróquia, um velho padre colocou um enorme cartaz diante da porta da

igreja:

“Se você está cansado de pecar, entre!”
Ao que alguém escreveu embaixo:
“Mas, se ainda não estiver, telefone-me. Cristina: 245-9090”.

TÁ BOM

Pai dava uma bela surra no filho e o menino gritava:
Tá bom, pai! Tá bom, pai!
Tá bom, pai!
- Tá bom? Quando tiver mau, avisa que eu paro.

INDISPOSIÇÃO

Vai saindo da farmácia, quando alguém pergunta:

- Está doente, amigo?
- Quer dizer que se eu estivesse a sair do cemitério, estava morto???

NA LOJA

Cliente, entrando num

estabelecimento de venda de produtos agro-pecuários:

- Tem veneno pra ratos?
- Tenho, sim senhor! É pra levar? - pergunta o balconista.

- Não, vou trazer os ratos para comerem aqui!!!

Gestos que falam por si!



Barack Obama, ex-Presidente da nação mais poderosa do planeta, segura o seu guarda-chuvas e as suas filhas fazem o mesmo. Por cá, o “todo-poderoso”



Administrador de Marracuene, Shafi Sidat, é importante demais, para um gesto tão simples. Até porque lambecostas não faltam!

COISAS DA NOSSA TERRA

●

COISAS DA NOSSA TERRA



**Renovação de
assinaturas
para 2020**

ZAMBEZE

ONDE A NAÇÃO SE REENCONTRA

Av. 25 de Setembro, Nr. 1676 • Cell: 82 30 73 450 • esmelifania2002@gmail.com • Maputo

**Renovação de
assinaturas
para 2020**

Para reduzir casos de inundações

Autarquia da Matola implacável para construções desordenadas

O Município da Matola vai intensificar acções de fiscalização com vista a por fim às construções desordenadas ao longo de cursos normais de água, bloqueando a circulação de água da chuva que tem provocado inundações urbanas em alguns bairros da autarquia.

As últimas chuvas, que caíram um pouco pela província e cidade de Maputo, causaram inundações urbanas, destruindo infraestruturas e perdas humanas em alguns bairros do município da Matola, sendo de destacar os bairros da Liberdade e Nkobe, como os que mais se ressentiram das chuvas.

O edil da Autarquia da Matola, Calisto Cossa, disse que as inundações urbanas em parte se devem às construções ao longo de cursos normais de água e é preciso combater este fenómeno, perpetrado por indivíduos de má-fé que, se aproveitando do período que não há fiscalização, vão construindo suas residências, incluindo durante a calada da noite.

A gestão da autarquia diz ter constatado durante traba-

lhos de fiscalizações que as construções desordenadas têm estado na causa de inundações urbanas, uma vez bloqueiam curso das águas, e estas acções de indivíduos de má-fé acabam prejudicando a cidadãos que têm suas residências construídas em locais devidamente parcelados.

“Estamos a apelar neste momento, mas vamos ser muito rigorosos, não vamos permitir que o património dos municípios em lugares devidamente parcelados sofram, porque há pessoas de má-fé que andam a bloquear a passagem das águas”, precisou Calisto Cossa.

Para minorar esta situação, a Autarquia diz que está a implementar sistemas de eletrobombas que, por si só, quando há enchente accionam e a água é bombada até a vala de drenagem, uma medida que a edilidade defende que esteja a ser eficaz. O bairro da Liberdade é um dos que contempla estes serviços em particular, com dois sistemas de bombeamento de água, no entanto, prevalece o desafio para a expansão destes serviços a outros bairros pela empresa municipal de saneamento do meio, devido a escassos recursos financeiros.

“Já orientamos para outros



bairros, como no Q 9, porque é uma Bacia de retenção que foi tomada pelas construções desordenadas, e também no Q16, para que nos próximos dias possamos, subsequentemente, montar este sistema moderno funcional, e, a par disso, a própria empresa municipal de saneamento está no processo de mobilização de recursos para

que possamos dar continuidade a construção da vala em situação técnica, para resolver definitivamente estes problemas de sofrermos com as chuvas”

Num outro desenvolvimento, o edil Calisto Cossa aponta que alguns problemas a emergir na autarquia tem em parte a ver com o crescimento exponencial do município, apelando

um conjunto de medidas para responder os diversos aspectos advindos deste crescimento.

O edil cita como exemplo os bairros como Mukhatine, Ngolhoza, Boquisso A e B, Intaka, Mathlemele, Malí, Muhalaze, Nwamatibjana, Siduava, que em tempos não precisavam de serviços de recolha de resíduos sólidos, mas entraram nesta componente.

Por outro lado, Cossa aponta para a necessidade de mudança de mentalidade no tratamento de lixo pelos munícipes, para uma consciência ambiental, com vista a reduzir casos de eclosão de doenças, apesar da obrigatoriedade do município em recolher o lixo.

“Não podemos criar muitos focos de lixo no meio urbano só porque pagamos taxa de lixo, é preciso haver colaboração com o Conselho Municipal para que haja remoção de forma articulada e que possa produzir resultados, alguns munícipes de má-fé deixam lixo nas ruas e quando são interpeladas dizem que é trabalho do Conselho Municipal, e quando chega a chuva provoca doenças sem olhar se é alguém que paga taxa de lixo ou não, somos todos atacados por estas doenças”.

**Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência
ISFIC**

Ano académico 2020

Inscrições Abertas

**Propinas bonificadas e aliciantes para membros das FDS, seus parentes próximos, e funcionários públicos.
Para mais detalhes consulte os seguintes endereços: Facebook (Isfic isfic) e Instagram (Isfic)**